



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS ASSOCIAÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024



Legenda da capa:

- Cartaz do 29.º Encontro Nacional de Associações de Ambiente, Tendais – Cinfães, 8 e 9 de novembro de 2024.
- Entrega de Prémios: Prémio Nacional de Ambiente “Fernando Pereira” e Prémio Carreira, Tendais – Cinfães, 9 de novembro de 2024.
- Reunião com a Ministra do Ambiente e Energia, Lisboa, 9 de agosto de 2024.

O presente relatório refere-se ao período de abril a dezembro de 2024 (9 meses).

Agradecimentos:

À Confederada Salvar Sintra – Associação de Defesa do Ambiente cujo Presidente, Agostinho Pereira de Miranda, que durante anos foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CPADA e é Presidente da Fundação ProPública, assumiu todas as despesas com os advogados, no valor de 11.660,40€ (onze mil seiscientos e sessenta euros e quarenta cêntimos), nos vários processos interpostos à CPADA, nomeadamente o último levantado pelo GEOTA- Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza e da GEC – Grupo Ecológico de Cascais. O tribunal absolveu a CPADA de todos os processos.

A **Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente** (adiante designada CPADA) é constituída por pessoas coletivas e prossegue inúmeros objetivos através de atividades próprias ou desenvolvidas em cooperação com os seus associados (art. 2.º dos Estatutos).

Conforme o cap. 1, art.º 3, alínea d) dos Estatutos, a CPADA assume a representação plena dos seus membros como parceiro social, no âmbito nacional ou internacional, tendo assento no Conselho Económico e Social (CES) a representar as associações de ambiente de âmbito nacional e estando também representada no Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS).

Ressalve-se que a CPADA, de acordo com os seus Estatutos, não se sobrepõe às associações confederadas nem conflitua com os seus objetivos, antes acrescenta e apoia.

O Conselho Executivo da CPADA vem apresentar o seu **Relatório de Atividades** que inclui as principais atividades desenvolvidas em 2024.

Em 2024 a CPADA:

Comissão Nacional do Território

A CPADA, através do representante Rodrigo Dourado, participou nas seguintes Reuniões da Comissão Nacional do Território (CNT):

36ª Reunião Ordinária, de dia 27 de fevereiro, com a seguinte ordem do dia:

1. Informações
2. Aprovação das atas 34º Reunião Ordinária e 35º Reunião Ordinária
3. Relatório do Estado do Ordenamento do Território
4. Dinâmica dos PDM
5. Alterações ao RJGT e PCGT
6. Reserva Ecológica Nacional
7. PolnT/Aplicação IntelilGT
8. Áreas Urbanas de Génese Ilegal
9. Atividades do Sistema de Monitorização do Uso do Solo (SMOS)
10. Relatório de Atividades da CNT 2023

- Foi aprovado o Relatório de Atividades da CNT 2023, com um registo de trabalho realizado e que será publicado na área pública no site da CNT (**anexo 1**).

37ª Reunião Ordinária, de dia 18 de junho, com a seguinte ordem do dia:

1. Informações
2. Aprovação da ata da 36ª Reunião Ordinária
3. Reserva Ecológica Nacional
 - Documento orientador para apoio à delimitação das cabeceiras das bacias hidrográficas
 - Alteração à Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro

- Pedido da CCDR Algarve - Interpretação requisito ii) alínea f) ponto I Portaria 419/2012, de 20/12
- 4. Dinâmica dos PDM e da REN
- 5. Relatório do Estado do Ordenamento do Território

38ª Reunião Ordinária, de dia 23 de julho, com a seguinte ordem do dia:

1. Informações
2. Aprovação da ata da 36ª Reunião Ordinária (anexo1) e da ata da 37.ª Reunião Ordinária (a enviar nos próximos dias)
3. Reserva Ecológica Nacional
 - Prazo para adaptação da delimitação da Reserva Ecológica Nacional
 - Relatório da CNT, contendo uma apreciação crítica da aplicação do Artigo 16.º-A, relativo a Alterações simplificadas da delimitação da REN (n.º 1 do artigo 16º, do RJREN)
4. Adaptação dos Planos Diretores Municipais aos Planos de Gestão de Risco de Inundações
5. Dinâmica dos PDM e da REN
6. Relatório do Estado do Ordenamento do Território

39ª Reunião Ordinária, de dia 2 de dezembro, com a seguinte ordem do dia:

1. Informações
2. Aprovação da ata da 38ª Reunião Ordinária
3. Reserva Ecológica Nacional
 - Delimitação da REN de Vieira do Minho (emissão de parecer ao abrigo do n.º 9, do artigo 11.º do RJREN)
 - Aprovação do Relatório da CNT no âmbito do n.º 1 do artigo 16º, do RJREN
 - Ponto de situação da delimitação das REN em formato vetorial
4. Instrumentos de Gestão Integrada de Fogos Rurais
5. Relatório do Estado do Ordenamento do Território
6. Dinâmica dos PDM
7. Adaptação dos Planos Diretores Municipais aos Planos de Gestão de Riscos de Inundações

VII Festival das Painças e Papas de Milho

A CPADA, representada pelo Presidente do Executivo José Manuel Caetano e pelo Secretário Jaime Ferreira, participou no VII Festival das Painças e Papas de Milho, organizado pela Associação de Defesa e Promoção de Tendais com o apoio do Município de Cinfães, nos dias 10 e 11 de fevereiro, em Tendais.

A iniciativa proporcionou aos visitantes a oportunidade de conhecer os produtos locais como doçaria, fumeiro e artesanato. Incluiu ainda momentos de música e cultura,

contribuindo para a dinamização da região. O evento pretende reforçar a importância da preservação das tradições locais.

No decorrer do evento, a CPADA reuniu com a **vereação** onde discutiu a possibilidade da realização do 29.º Encontro Nacional das Associações de Ambiente em Tendais, Cinfães.



VII Festival Paíncas e Papas de Milho, Tendais

Campanha Nacional de Informação e Sensibilização “O Futuro está na sua Mesa, com a Folha Verde”

A CPADA apoiou, de março a outubro, a Campanha Nacional de Informação e Sensibilização “O futuro está na sua mesa, com a folha verde” com sessões de esclarecimento, ações de informação e jornadas técnicas organizadas e promovidas pela Associação Portuguesa de Agricultura Biológica (AGROBIO) no âmbito da campanha europeia “Escolha produtos biológicos europeus”. Foram neste âmbito realizados eventos descentralizados para diversos pontos do país (Bragança, Alfândega da Fé, Viseu, Penafiel, Ovar, Idanha-a-Nova, Lisboa, Leiria, Coimbra, Odemira, Tavira e Arcos de Valdevez).

Relativamente ao tema da Agricultura Biológica, foi também elaborado um comunicado relativo ao impacto da redução dos apoios à agricultura, a 5 de fevereiro (**anexo 2**).



Dia Europeu da Agricultura Biológica, Alfândega da Fé



O Futuro Está na Sua Mesa, com a Folha Verde, Lisboa

DA ÉPOCA

Legumes

- | | |
|-------------------|---------------|
| abóbora ●●●● | Verão ● |
| acelga ●●●● | Outono ● |
| agrão ●●●● | Inverno ● |
| alpo ●●●● | Primavera ● |
| alcachofra ●●●● | |
| alface ●●●● | |
| alho-francês ●●●● | |
| batata nova ●●●● | |
| beldroega ●●●● | |
| beterraba ●●●● | |
| beringela ●●●● | |
| brócolos ●●●● | |
| cebola ●●●● | |
| cenoura ●●●● | |
| chou-chou ●●●● | funcho ●●●● |
| chicória ●●●● | grelos ●●●● |
| couve ●●●● | nabiças ●●●● |
| cougette ●●●● | nabo ●●●● |
| milho doce ●●●● | rabanete ●●●● |
| feijão verde ●●●● | rábano ●●●● |
| endívia ●●●● | repolho ●●●● |
| ervilhas ●●●● | rúcula ●●●● |
| espargo ●●●● | rutabaga ●●●● |
| espinafre ●●●● | pepino ●●●● |
| fava ●●●● | pimento ●●●● |
| | salsifí ●●●● |

Vantagens da Alimentação Biológica

Alimentos **+saborosos** e com **+valor nutritivo**, com maior teor de anti-oxidantes. Não se usam pesticidas de síntese e a produção é **sustentável** e **amiga do planeta**.

Os alimentos biológicos são **certificados**

A alimentação biológica é **bio-diversa** e oriunda de práticas amigas do solo e da água.

Agroblo - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica www.agroblo.pt
 geral@agroblo.pt 213 641 354



A Alimentação biológica é a verdadeiramente saudável.

Os tóxicos presentes na alimentação convencional funcionam como disruptores endócrinos influenciando a forma como as nossas hormonas comunicam, alterando o equilíbrio hormonal causando patologias, tais como infertilidade, alterações imunitárias, copulivas e comportamentais e obesidade.

A Questão das Doses Seguras: "Só um bocadinho não faz mal"

Os diferentes organismos têm diferentes capacidades de desintoxicação além de que se desconhecem os efeitos de sinergia dos diferentes químicos no organismo humano. Num estudo inédito realizado em 2005 numa amostra de 10 bebés foram descobertos 280 compostos químicos distintos: 180 consideradas cancerígenas, 217 neurotóxicas e 208 associadas a alterações de desenvolvimento.

A alimentação biológica é a indicada para os futuros bebés pois diante a gravidez, de acordo com diferentes estudos realizados, os efeitos do consumo alimentos com pesticidas químicos estão ligados a alterações do feto que podem ter como consequências a autismo, síndrome de hiperatividade e déficit de atenção.

Glifosato - Portugal está contaminado!

O Glifosato é o pesticida mais usado na agricultura portuguesa e também o mais ignorado! O estudo que analisou a presença de glifosato na urina dos portugueses verificou que somos os mais contaminados da Europa e talvez do mundo. O português com o nível mais baixo de glifosato possui três vezes mais quantidade que o alemão com o valor mais baixo.

Alguns alimentos foram testados: o figo, a avelã e o leite. Apesar de no leite não terem sido encontrados vestígios do glifosato, a avelã não se pode dizer do figo e da avelã, que estão altamente contaminados! O glifosato foi considerado como um pesticida potencialmente cancerígeno pela Organização Mundial de Saúde.

Dados retirados de artigo sobre a investigação realizada pela Plataforma Toxicológica Fora em 2016

Num estudo realizado pela Universidade de Washington verificou-se que a urina de crianças que consumiam comida convencional tinha 6 a 9 vezes mais pesticidas tóxicos do que a urina das crianças que faziam uma alimentação biológica.

DE ÉPOCA

Frutas

- | | |
|----------------|----------------|
| ameixa ●●●● | |
| amora ●●●● | |
| amêndoa ●●●● | |
| alperce ●●●● | |
| avelã ●●●● | |
| cereja ●●●● | |
| castanha ●●●● | |
| dióspiro ●●●● | |
| figo ●●●● | maçã ●●●● |
| framboesa ●●●● | melão ●●●● |
| laranja ●●●● | melão ●●●● |
| limão ●●●● | mirtilo ●●●● |
| | morango ●●●● |
| | nêspera ●●●● |
| | tangerina ●●●● |
| | pêssego ●●●● |
| | romã ●●●● |
| | pêra ●●●● |
| | uva ●●●● |
| | noz ●●●● |
| | kiwi ●●●● |
| | banana ●●●● |
| | ananás ●●●● |

- | |
|-------------|
| Verão ● |
| Outono ● |
| Inverno ● |
| Primavera ● |

Comité de Acompanhamento do Programa Regional do Algarve

A CPADA fez-se representar, por delegação do Conselho Económico e Social (CES), no Comité de Acompanhamento do Programa Regional do Algarve (ALGARVE 2030) durante 2024, em Faro, no Programa Regional Algarve 2030, com análise e aprovação da proposta de Regulamento Interno do Comité de Acompanhamento e análise e aprovação dos critérios de seleção.

Inquérito do Instituto Nacional de Estatística (INE)

A CPADA respondeu, em maio, ao Inquérito do Instituto Nacional de Estatística (INE) às Organizações Não Governamentais de Ambiente (IONGA) em 2024 (obtenção de dados físicos e financeiros de forma obrigatória e confidencial).

Os Dez Temas Ambientais Prioritários

Com a tomada de posse do novo Governo a CPADA saudou a nova Ministra do Ambiente e Energia, alertou para a necessidade fundamental de coordenar esforços e elaborou uma carta aberta com os dez temas ambientais que considera prioritários (**anexo 3**).

Audiência com a Ministra do Ambiente e Energia

A CPADA reuniu com a Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, no dia 9 de agosto de 2024. Estiveram presentes o Presidente da CPADA, José Manuel Caetano (FPCUB), o Vice-Presidente Miguel Nóvoa (AEPGA), Francisco Correia (APGVN) e Carlos Rodrigues (ADPFT). Foi solicitado às Confederadas o envio de contribuições (**anexo 4**).

Entre várias preocupações manifestadas, uma das principais foi a necessidade de melhoria na captação pelo Governo de Fundos Ambientais e atribuição dos mesmos em investimentos no interior do país.

As pequenas e médias associações são fundamentais para a identificação de prioridades, em especial na proteção da biodiversidade. É através destas que será possível cumprir todas as metas assumidas a nível nacional e europeu.

Ainda na gestão de recursos, uma das grandes preocupações manifestadas foi com a gestão dos recursos hídricos. São necessários esforços mais ambiciosos nesta matéria, não só para reduzir o desperdício como para garantir as metas de proteção das áreas marinhas protegidas.

Acelerar o cumprimento da Lei de Bases do Clima, com a exigência às autarquias da aprovação e aplicação dos Planos de Ação Climática, criação do Conselho de Ação Climática e outras medidas previstas deve ser máxima prioridade para o Executivo.



Audiência com a Ministra do Ambiente e Energia, Lisboa

Casa Nobre de Cidadania

A CPADA integrou, uma vez mais, e como parceiro, a 11.ª Edição da Nobre Casa de Cidadania, que tem como objetivo homenagear personalidades pelos seus “Atos Nobres”.

A cerimónia de atribuição dos Títulos de Cidadão Nobre 2024 teve lugar no dia 10 de julho e distinguiu 12 pessoas que, com os seus gestos e ações, têm contribuído significativamente para o desenvolvimento da comunidade e de uma sociedade mais justa e solidária. Os atos reconhecidos variaram desde intervenções em emergências socioeconómicas até iniciativas de voluntariado e apoio a famílias e comunidades afetadas pela guerra demonstrando como as ações altruístas podem ter um poder verdadeiramente transformador, através da cidadania ativa.



Cerimónia 2024 – 11.ª Edição da Nobre Casa de Cidadania, Lisboa

Estatuto de Utilidade Pública

A CPADA continuou a responder e a justificar as dúvidas solicitadas no decorrer do processo de pedido de atribuição do estatuto do Estatuto de Utilidade Pública (Lei 36/2021) tendo sido já concluído e aceite na respetiva plataforma para aprovação, aguardando-se os normais desenvolvimentos processuais.

Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)

A CPADA designou dois membros no Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) para o triénio 2025-2027 de acordo com o Regulamento de representações das ONGA em organismos públicos, para completar os 3 lugares de representação das ONGA no CNADS.

COP29

A 29.^a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP29), teve lugar no Estádio Olímpico de Baku, Azerbaijão, de 11 a 22 de novembro, com o lema “Solidariedade para um Mundo Verde”.

A CPADA indicou a associação ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável como representante das ONGA para integrar a Delegação Oficial à 29.^a Conferência das Partes. De referir que esta foi a única associação que mostrou essa disponibilidade, inclusive para assegurar os respetivos custos de representação.

A delegação portuguesa foi presidida pela Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho. Na mensagem oficial a Ministra refere que *“as negociações foram muito desafiantes, com posições divergentes entre os países presentes na COP29. A União Europeia desempenhou um papel de liderança neste processo, contribuindo para um resultado positivo. Portugal e a EU tinham como grande objetivo aumentar o valor de financiamento global, assim como ampliar a base de doadores para o financiamento climático, para que mais países possam contribuir para este esforço global. Conseguimos atingir estas metas e diversificar as fontes de financiamento”*.

Resumem-se as conclusões e o papel de Portugal:

- Governo congratula-se com o acordo fechado em Baku, com uma nova meta de financiamento climático destinado aos países em desenvolvimento de 300 mil milhões de dólares anuais até 2035, triplicando o valor atual;
- Alcançado consenso para ampliar a base de doadores, ainda que de forma voluntária, para a nova meta de financiamento climático pós-2025, estreitando assim a diferença entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento;
- A Ministra do Ambiente e Energia destaca que não houve retrocessos nas questões da mitigação, mas gostaria que se tivesse ido mais longe nesta importante vertente.

(Fonte: Comunicado Oficial República Portuguesa -

www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/comunicado?i=portugal-sauda-avancos-na-cop29-e-reforca-compromisso-com-a-acao-climatica)

Já a representação portuguesa das ONGA, pela associação ZERO, refere que:

“O principal tema em discussão nesta conferência foi infelizmente aprovado quebrando a regra de consenso que se exige nas negociações, dado que vários países só se puderam manifestar contra o conteúdo do documento relativo ao financiamento climático posteriormente à viabilização do mesmo pelo Presidente da COP, acentuando uma forma

de tomada de decisões que não é desejável numa conferência desta natureza. Conseguir um Acordo é relevante, mas quebrar princípios é indesejável.”

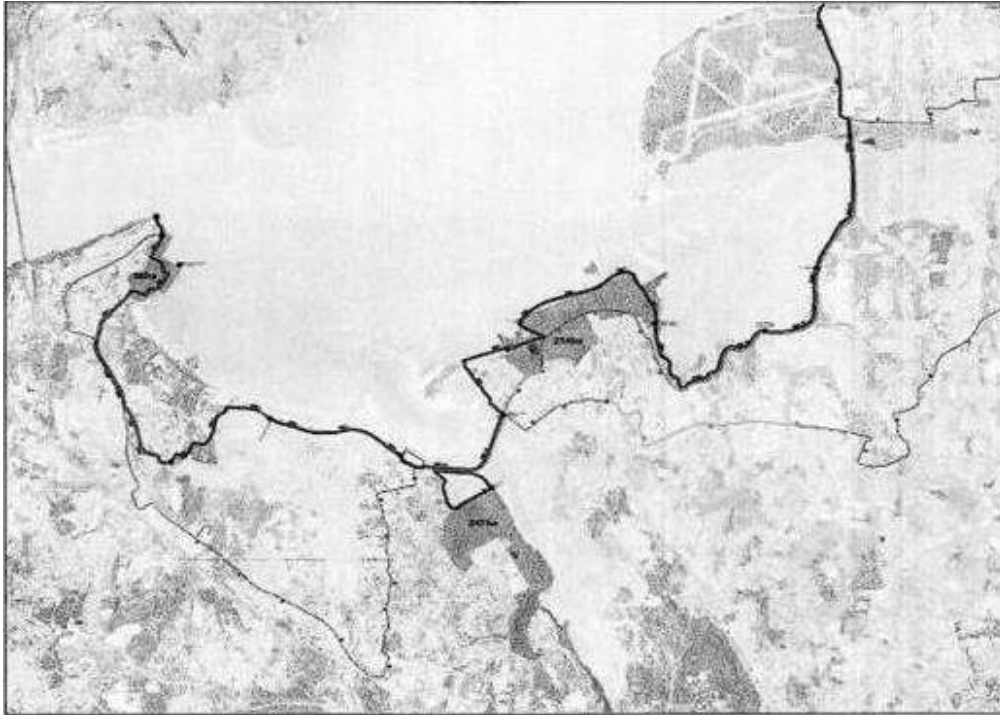
A ZERO salientou ainda os seguintes tópicos:

- 300 mil milhões de dólares de financiamento público e a atingir apenas em 2035 é muito insuficiente;
- Uma COP dos interesses do petróleo que falha em apoiar os países em desenvolvimento;
- ZERO apela a aumento exponencial do financiamento climático internacional por Portugal: 9 milhões de euros por ano é insignificante;
- Mitigação ao fundo: ZERO apela a medidas consequentes em Portugal para redução das emissões dos transportes rodoviários;
- Mercados de carbono: decisão tem elementos positivos, mas peca em transparência e integridade;
- Aprovado documento sobre o objetivo global de adaptação: Portugal tem de passar da teoria à ação.

(Fonte: <https://zero.org/noticias/cop29-financiamento-decandido-para-acao-climatica-e-insuficiente-para-quem-mais-precisa/>)

Arco Ribeirinho Sul

A CPADA esteve presente e continuou a dar os necessários contributos na apresentação sobre os principais eixos previstos para a concretização do projeto do Arco Ribeirinho Sul (Resolução do Conselho de Ministros nº 41/2023 que aprova um conjunto de medidas tendo em vista a concretização do projeto) - Olho de Boi, Ex-Companhia Portuguesa de Pescas/Almada a Alcochete – e análise dos mecanismos de cooperação institucional. Trata-se de uma zona ribeirinha contaminada com resíduos da Lisnave e Siderurgia Nacional e no Barreiro com contaminações da antiga CUF, Quimigal e Moita do Ribatejo. O projeto consta na expansão do Metro Sul do Tejo com a criação de duas pontes, uma prolongando-se pelo Seixal com a reposição da ponte entre Seixal e Barreiro (pedonal, ciclável e ferroviária), e outra no eixo Barreiro e Seixal (Moita, Montijo e Alcochete); um terminal fluvial na Moita e um cordão ciclável e pedonal de 38Km que vai ligar Almada a Alcochete. Será reconvertida numa zona essencialmente verde não havendo lugar à construção em altura e prevendo-se construção a custos controlados de habitação pública e a criação de um polo de emprego e reabilitação dos estaleiros da Lisnave na Murgueira. Será necessário descontaminar parte do arco ribeirinho cujo fundo não esteja já consolidado com resíduos. De referir que a CPADA (e FPCUB) tem instalações no Olho de Boi desde 1990 o que contribuiu para o seu conhecimento do território e esclarecimentos para a mobilidade ativa (a pé, de bicicleta e transportes públicos).



Planta das zonas objeto de intervenção no âmbito do Projeto do Arco Ribeirinho Sul (ARS)
Anexo I a que se refere o nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº 41/2023

Incêndios Florestais em Portugal

A CPADA manifestou a sua preocupação sobre a época dos incêndios florestais e elaborou um comunicado sobre as falhas da estratégia adotada (**anexo 5**).

Comissão de Acompanhamento – Novo Aeroporto de Lisboa

Continuámos a divulgar a posição da CPADA e os pareceres/comunicados elaborados anteriormente (**anexo 6**), uma vez nomeada pelo Governo e resolução do Conselho de Ministros nº89/2022 para a Comissão de Acompanhamento que tem como missão “garantir o acompanhamento e a independência dos trabalhos da Comissão Técnica Independente” para a localização do novo aeroporto de Lisboa e emitiu a um comunicado sobre o seu posicionamento relativamente às sugestões desta Comissão Técnica Independente sobre a renovação do Aeroporto Humberto Delgado.

29.º Encontro Nacional de Associações de Ambiente

O 29.º Encontro Nacional de Associações de Ambiente (ENAA) organizado pela CPADA e pela ADPFT, com o apoio do Município de Cinfães e da Junta de Freguesia de Tendais, decorreu nos dias 8 e 9 de novembro no Auditório Municipal Professor Maestro Pereira Pinto, em Tendais, Cinfães.

O ENAA 2024 teve como tema “Restauro da Natureza” e pretendeu acolher o ano de pausa do ECEA – Encontro de Convergência Ecológica e Ambiental e contribuir também para a criação de novas sinergias entre pessoas e entidades que trabalham para proteger os espaços naturais. Representou uma ótima oportunidade para estabelecer a partilha de conhecimentos e práticas relativas ao Restauro Ecológico, com todos os que trabalham ativamente para restaurar os ecossistemas e para todos aqueles que procuram recuperar o seu património natural e melhorar ativamente a sua qualidade de vida.

O evento, que contou com a participação do Secretário de Estado do Ambiente (**anexo 7**), reuniu 72 participantes de 30 associações ambientais para discutir soluções para a degradação dos ecossistemas, impulsionar a sustentabilidade e promover o restauro ecológico. A discussão focou-se na importância de parcerias entre Governo, empresas e sociedade civil para a promoção de um futuro sustentável.



29.º Encontro Nacional de Associações de Ambiente (ENAA) – Cartaz



Saudação do Secretário de Estado do Ambiente aos presentes no 29º ENAA, Tendais, Cinfães



29.º Encontro Nacional de Associações de Ambiente, Tendais, Cinfães

Prémio Nacional de Ambiente e Prémio Carreira

A CPADA organiza e atribui anualmente o Prémio Nacional de Ambiente “Fernando Pereira” e o Prémio Carreira (na área do ambiente). Em 2024 a Cerimónia de Entrega dos Prémios teve lugar no dia 9 de novembro, no Auditório Municipal Professor Maestro Pereira Pinto, em Tendais (Cinfães), integrado no 29.º Encontro Nacional de Associações de Ambiente.

A CPADA constitui o Prémio Nacional de Ambiente “Fernando Pereira” em 1999. O nome escolhido é uma homenagem a um dos mártires da causa ambiental, o fotógrafo português Fernando Pereira, morto no ato de sabotagem do navio da Greenpeace, que tentava impedir a realização de testes nucleares franceses no atol de Mururoa no Pacífico.

O Prémio destina-se a galardoar a pessoa, instituição ou empresa que em cada ano se distinga na sua ação como “amiga do ambiente”. O Prémio Carreira foi criado em 2002 e destina-se ao reconhecimento público de uma personalidade pelo movimento ambientalista integrado na CPADA, pelo trabalho de uma vida em prol do ambiente.

Este ano o Prémio Nacional de Ambiente foi entregue à PROBAAL – Pro Barrocal Algarvio pelo seu trabalho na neutralização do projeto da Central Fotovoltaica de Estoí, de 83 Megawatts, que ameaçava destruir 154 hectares da Reserva Ecológica Nacional, por cima do aquífero Peral-Moncarapacho, no concelho de Tavira.

Foram também atribuídas duas Menções Honrosas à Associação BioLiving e à Liga de Amigos de Conimbriga.

O Prémio Carreira foi atribuído a Jorge Ventura, pelo trabalho de uma vida e na Associação para a Defesa do Vale do Bestança em prol do ambiente.



Cerimónia de Entrega do Prémio Nacional de Ambiente “Fernando Pereira” e Prémio Carreira 2024, Tendais, Cinfães



Entrega do Prémio Nacional de Ambiente “Fernando Pereira” à PROBAAL



Entrega da Menção Honrosa à Associação BioLiving



Entrega da Menção Honrosa à Liga de Amigos de Conimbriga



Entrega do Prémio Carreira a Jorge Ventura

Processos para a Nomeação de Representantes das ONGAE

A CPADA continuou e continua a fazer a gestão dos Processos para a nomeação de representantes das Associações de Defesa do Ambiente e Equiparadas (ONGAE) em organismo públicos, com base no protocolo que tem com a Agência Portuguesa de Ambiente (APA) no âmbito do qual lhe são delegados poderes para essa gestão.

Denúncias Ambientais

A CPADA recebeu durante o ano de 2024 contactos de cidadãos e associações a denunciar situações lesivas do ambiente – denúncias ambientais, essencialmente de carácter local, e deu sempre resposta no sentido de partilhar informação sobre a legislação envolvida e/ou encaminhando das situações para organismos e entidades competentes ou sugerindo-o.

Prémio Defesa Nacional e Ambiente

A CPADA integrou uma vez mais o júri do “Prémio Defesa Nacional e Ambiente”, atribuído anualmente com o objetivo de premiar um projeto de um dos três ramos das forças armadas e que o júri elege, incentivando as boas práticas ambientais e a economia circular na Defesa Nacional. Este prémio foi criado em 1993 pelos Ministros da Defesa Nacional e

do Ambiente e Recursos Naturais e distingue todos os serviços – órgãos, estabelecimentos e entidades do Ministério da Defesa Nacional, bem como órgãos e unidades das Forças Armadas que promovam a sustentabilidade ambiental.

A Cerimónia de Entrega dos Prémios da 31.ª Edição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente teve lugar no dia 3 de dezembro, no Forte São Julião da Barra, em Oeiras.

As candidaturas são avaliadas por um júri composto por entidades da defesa nacional e civis, sendo presidido pela Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), que igualmente detém a responsabilidade da organização e coordenação das cerimónias de entrega deste Prémio.

Ao longo de 31 anos, muitos têm sido os projetos premiados. “A preservação do ambiente, a proteção da biodiversidade e dos recursos naturais do país, o desenvolvimento sustentável, a utilização eficiente dos recursos e a inovação ambiental, mas também a mitigação dos riscos que resultam da atividade das Forças Armadas, impostos pelas missões e responsabilidades que lhe são exigidas, em prol da segurança e defesa de todos, são objetivos que têm vindo a marcar a agenda da Defesa Nacional ao longo do tempo. A sua promoção recebeu renovado impulso com a recente publicação da Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas.”

Este ano o 1º Prémio foi atribuído à Brigada Mecanizada – “A Brigada Mecanizada no caminho para a Neutralidade Carbónica – Gestão Florestal e Sequestro de Carbono (BrigMec), Exército. para além da procura constante da redução de emissões de carbono tem, ao longo dos últimos anos, incrementado o seu mosaico florestal, alterando a sua gestão para uma vertente holística de forma a fixar o máximo de carbono, quer seja ao nível florestal (espécies lenhosas) ou no solo (coberto e subcoberto). A BrigMec tem, também, optado pela plantação de espécies permanentes não estando previsto o seu corte e rotação do terreno.

Houve ainda a atribuição de um 2º Prémio à Base Aérea N.º 11 – “BA11 no Caminho Verde: Soluções para um ambiente sustentável”, Força Aérea. A BA11 demonstra o compromisso com práticas sustentáveis que protegem habitats naturais e promovem a regeneração florestal, contribuindo para a captura de carbono atmosférico e preservação da fauna e flora. Estas práticas e políticas, alinhadas com padrões rigorosos de gestão sustentável, comprovam que a defesa nacional pode coexistir com a responsabilidade ambiental.

Para consulta do histórico de prémios pode ser visitado o sítio:

<https://www.defesa.gov.pt/pt/adesaeeu/premios/pdna/historico>



31.º Prémio Defesa Nacional e Ambiente, Oeiras



Entrega do Prémio Defesa Nacional e Ambiente ao Exército, Oeiras

Dia Nacional do Vigilante da Natureza

Apoiou a Confederada, e membro do Conselho Executivo, APOGVN – Associação Portuguesa de Guardas e Vigilantes da Natureza ao longo do ano 2024 e esteve presente no evento do Dia Nacional do Vigilante da Natureza, dia 2 de fevereiro.



Dia Nacional do Vigilante da Natureza, Sintra

Encontro Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social

A CPADA participou no Encontro Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, promovido pela FENACERCI – Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade, realizado nos dias 7 e 8 de novembro, em Cascais.

Carmen Lima, em representação da CPADA, integrou o painel de oradores “Conversas (Des)Construir” com o tema “Qualidade, Sustentabilidade e Agilidade no Contexto Cooperativo”, no primeiro dia do Encontro.

A FENACERCI assume um papel de extrema importância, enquanto estrutura representativa que tem por missão promover a criação de condições que, pela via da melhoria qualitativa da interação das organizações associadas, defendam os interesses e direitos das pessoas com deficiência intelectual e suas famílias.



PHOTO BY HELENE RODRIGUES ESPINHO

CONSTRUIR. DESAFIAR. INCLUIR.

ENCONTRO NACIONAL DE COOPERATIVAS
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL



FENACERCI

07 e 08 de novembro de 2024

Hotel Cascais Miragem
Cascais

PROGRAMA

DIA 7, 5ª FEIRA

10H00 | **Recepção** aos participantes

10H30 | **Conferência de Abertura**

"Os Desafios de uma Sociedade mais Solidária"
- Luís Marques Mendes

11H30 | **Abertura Solene**

- Presidente do Conselho Administração do FENACERCI - Dulce Barreiros
- Presidente da Câmara Municipal de Cascais - Carlos Ferreira

12H30 | **Almoço**

14H30 | **Conversas (Des)Construir #1**

"Qualidade, Sustentabilidade e Agilidade no Contexto Cooperativo"

Dinamizador: Fernando Ávila

- Carmen Sofia Lima - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
- Filipa do Amaral - Instituto Português Social
- Patrícia Mota - APM - Associação Portuguesa de Mulheres - Reddyfy

16H00 | **#desafiar**

"Os desafios da Educação Inclusiva e o papel do Centro de Recursos para a Inclusão"

- Gabinete de Estudo de Administração e Inovação Educativa - Pedro Santos do Couto



CASCAIS
Cidade do Mar

DIA 8, 6ª FEIRA

09H30 | **#incluir**

"O projeto ENABLE: Como promover a inclusão e o acesso à justiça para os arguidos com deficiência intelectual e psicossocial"

- A participação de pessoas com deficiência na co-construção do Guia Orientador Nacional
- Cláudio Pinho e Mariana Gassem - práticas por experiência
- Apresentação de Guia Orientador ENABLE
- Patrícia Nasa - Investigadora
- Guia Orientador Nacional: um instrumento para uma justiça mais inclusiva
- Párcel - IGA, ISP e ISM
- Párcel - Procuradoria Geral de República - Ordem dos Advogados - Oficina de Justiça
- Párcel - IGA, ISM e ISM - IGA

12H00 | **Almoço (livre)**

14H00 | **Conversas (Des)Construir #2**

"Envelhecimento e Deficiência Intelectual: Ética e Direitos"

Dinamizadora: Joana Paia de Brito

- Joana Albuquerque - CERCA
- Elisabete Duarte - CERCTDP
- Susana Pereira - CERCIOSIDA
- Raquel Santos - CERCIAPAD
- Sara Guerra e João Teixeira - CITESE - Universidade Nova

16H30 | **Sessão de encerramento**

- Msc. Presidente do Conselho de Administração do FENACERCI - Daniela Pinheiro
- Vereador da Educação e Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Cascais - Frederico Manuel Brito de Almeida
- Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Rodrigo Paiva Mendes

Encontro Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social – Programa

Cara Carmen Sofia Lima

Terminada mais uma edição do Encontro Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, é tempo de agradecer a todas as pessoas envolvidas e, particularmente, aquelas que, de uma forma muito generosa, emprestam o seu prestígio a esta iniciativa.

Consideramos que este foi um importante momento de reflexão, partilha e discussão sobre alguns dos desafios que se colocam à atividade das nossas organizações e aos caminhos da inclusão em Portugal, sendo que, para o sucesso deste evento e para a riqueza do debate, muito contribuiu a sua participação.

Por isso mesmo, não podia o Conselho de Administração da FENACERCI deixar de lhe expressar os mais sinceros agradecimentos, esperando poder continuar a contar com a sua colaboração em futuras ocasiões.

Com os melhores cumprimentos,

Joaquim Pequicho

Vice-presidente do Conselho de Administração

E-mail de agradecimento pela participação e colaboração no Encontro Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social

Workshop Temático sobre Ambiente – Turismo de Portugal

A CPADA, representada por Carmen Lima e José Pereira, participou no dia 14 de dezembro no Workshop Temático sobre Ambiente promovido pelo Turismo de Portugal, no âmbito da Estratégia Turismo 2035 (ET35), para uma reflexão sobre os indicadores turísticos em 2023 no processo de construção da Estratégia de Turismo 2035.

TURISMO SUSTENTÁVEL

Particpei esta semana, em representação da CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, no Workshop Temático sobre Ambiente promovido pelo Turismo em Portugal, para uma reflexão sobre os indicadores turísticos em 2023 no processo de construção da Estratégia de Turismo 2035.

A construção desta Estratégica está enquadrada no Programa do XXIV Governo Constitucional e na nova agenda para o turismo, visando orientar estrategicamente o setor para a próxima década e assegurar a sua sustentabilidade económica, social e cultural.

Vocês também podem participar, basta inscreverem-se em:

<https://participa-et2035.turismodeportugal.pt/.../Estrategia>



Workshop Temático sobre Ambiente – ET35, Lisboa

Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos

A CPADA emitiu um comunicado (**anexo 8**) sobre a prorrogação das licenças de exploração e os respetivos alvarás concedidos aos CIRVER – Centros Integrados de Valorização de Resíduos Perigosos.

18 de dezembro de 2024

A SENSATEZ DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE

O Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente oficializou, através de Despacho n.º 3/SEAMB/2024, a prorrogação das licenças de exploração e os respetivos alvarás concedidos aos CIRVER – Centros Integrados de Valorização de Resíduos Perigosos, até ao dia 8 de novembro de 2028.

Esta decisão, do meu ponto de vista, sensata, vem ao encontro da posição de sempre assumi em nome da CPADA - [Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente](#), porque garante a resposta técnica adequada e suficiente para a quantidade de resíduos perigosos produzidos em Portugal, e também para os passivos ambientais que ainda se encontram por resolver.

Aumentar a capacidade de resposta para um mercado tão específico como os resíduos perigosos e tão pequeno como o português, aliado a um momento em que as políticas ambientais são norteadas pelos princípios da Economia Circular e da diminuição da perigosidade dos materiais, não faz qualquer sentido do ponto de vista de sustentabilidade ambiental e social, e para conseguir equilibrar a sustentabilidade financeira iria acabar por estimular a importação e as transferências de resíduos de outros países para Portugal.

Esta decisão produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025.

Comunicado da CPADA

Apoio à Associação Salvar Sintra

A CPADA emitiu uma declaração de apoio (**anexo 9**) à Confederada Salvar Sintra – Associação de Defesa do Ambiente no abate ilegal de árvores no Parque Natural Sintra-Cascais.

Observações:

- A CPADA continua sempre que possível e solicitada a promover e a aderir a campanhas de prevenção de fogos florestais de associados da CPADA bem como das autarquias.
- A CPADA continua a receber as deliberações das Assembleias Municipais da autarquia de Lisboa e que estão disponíveis para consulta no sítio da AML em www.am-lisboa.pt.
- A CPADA apoiou e divulgou, sempre que solicitado, os eventos das Confederadas.

José Castanho

Frederico Tenreiro

Alcides

Francisco Correia

ANEXOS

ANEXO 1



COMISSÃO NACIONAL DO TERRITÓRIO

Relatório de Atividades

Comissão Nacional do Território

2023



Índice

Enquadramento	3
Reuniões da CNT	4
Balço das reuniões	7
Reuniões e atividades dos grupos de trabalho	10
Grupo de Trabalho para a Reserva Ecológica Nacional	11
Grupo de Trabalho para os Instrumentos de Gestão Territorial	11
Grupo de Trabalho para as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (GT AUGI)	12

Enquadramento

A Comissão Nacional do Território (CNT), criada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, com a atribuição de coordenar a execução da política nacional do ordenamento do território, reúne ordinariamente de dois em dois meses, nas instalações da Direção-Geral do Território (DGT), desde setembro de 2015.

O órgão integra como membros permanentes a DGT, que preside, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo (LVT), Alentejo e Algarve, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNF), a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA) e, ainda, em representação de interesses a salvaguardar, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e o Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia (LNEG). Como convidado, tem estado presente nas reuniões da CNT um representante das tutelas do ambiente e ação climática e da coesão territorial.

A Comissão tem como principais atividades analisar, debater e tomar posição sobre assuntos e temas relacionados com a condução e aplicação da política pública de ordenamento do território e de urbanismo e com a sua articulação com políticas setoriais com expressão territorial relevante, consensualizar e harmonizar entendimentos e interpretações entre as várias entidades, elaborar recomendações e pareceres e promover boas práticas.

Para dar seguimento às suas atividades, a CNT conta com o apoio de um secretariado técnico, composto por técnicos da DGT, a quem compete preparar o trabalho das reuniões e apoiar a tomada de decisão e conta, também, com o suporte de grupos de trabalho temáticos, compostos por quadros técnicos das respetivas entidades representadas na Comissão.

Em 2023 estiveram em funções três grupos de trabalho: o Grupo de Trabalho para a Reserva Ecológica Nacional (GT REN), o Grupo de Trabalho para os Instrumentos de Gestão Territorial (GT IGT) e o Grupo de Trabalho para as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (GT AUGI).

Neste ano, a CNT deu seguimento a análises, entendimentos e pronúncias solicitados pelos membros da Comissão, pelo Gabinete do Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território (SEALOT) e por parte de Câmaras Municipais, tendo ainda sido discutidas e apreciadas matérias por iniciativa da própria Comissão. Continuou, também, o acompanhamento da evolução da dinâmica dos PDM em matéria de adoção dos novos conceitos de classificação e qualificação do solo.

Reuniões da CNT

Em 2023 houve lugar a três Reuniões Ordinárias (RO) da CNT.

Quadro n.º 1 – Reuniões da CNT ocorridas em 2023

N.º da Reunião	Data
33.ª RO	30.03.2023
34.ª RO	25.05.2023
35.ª RO	28.09.2023

Os assuntos incluídos nas agendas das reuniões e respetivos resultados são especificados no quadro n.º 2.

Quadro n.º 2 – Ordem do Dia e resultados das reuniões da CNT ocorridas em 2023

N.º da Reunião	Ordem do Dia	Conteúdos/Resultados
33ª RO (30.03.2023)	1. Informações	Fornecida informação sobre; o Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT); a elaboração dos Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT) do Norte e do Centro; o GT AUGI; a delimitação das Áreas Prioritárias Prevenção e Segurança (APPS); a Rede de Parceiros para a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP) e a aprovação do Programa Paisagem e Arquitetura Sustentáveis (PPAS).
	2. Aprovação das atas da 31.ª RO e 32.ª RO	Deliberada a aprovação das atas da 31.ª e 32.ª RO.
	3. Interpretação e aplicação da Diretriz n.º 74 do Programa Nacional de ordenamento do Território (PNPOT) à luz dos PROT em vigor e dos trabalhos em curso dos PROT que se encontram em elaboração	Deliberada a aprovação de um entendimento sobre a aplicação da Diretriz n.º 74 do PNPOT.

N.º da Reunião	Ordem do Dia	Conteúdos/Resultados
	4. Regime Jurídico da Reserva Ecológica (REN)	Efetuado ponto de situação sobre a aprovação da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro e da Portaria n.º 360/2015, de 15 de outubro.
	5. Regulamento das Comissões de Acompanhamento de revisão/alteração dos PDM	Discutido o conteúdo da proposta de Regulamento e identificada a necessidade de serem efetuados acertos no documento.
	6. Publicação das cartas da rede primária das faixas de gestão de combustível integradas nos Programas Regionais de Ação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)	Fornecida informação sobre a submissão do Programa Regional de Ação do SGIFR no Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT).
	7. Dinâmica dos Planos Diretores Municipais (PDM)	Apresentado o ponto de situação sobre a dinâmica dos PDM e identificados constrangimentos à tramitação dos processos.
	8. Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)	Fornecida informação sobre a elaboração de novos PRGP e acordada a realização de uma reunião temática sobre a transformação da paisagem e redução do risco de incêndio.
	9. Relatório de Atividades da CNT 2022	Aprovado o Relatório de Atividades da CNT.
34ª RO (25.05.2023)	1. Informações	Fornecida informação sobre os encontros finais da Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2) e sobre a submissão dos Programas Regionais de Ação do SGIFR no SSAIGT.
	2. Aprovação da ata da 33.ª RO	Deliberada a aprovação da ata da 33.ª RO.
	3. Eleição do Secretário da CNT	Eleita a vogal da CCDR Norte como secretária da CNT.
	4. Acompanhamento da elaboração do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT)	Apresentada a proposta do REOT (versão anterior à consulta pública).
	5. Prazos a considerar para efeitos do processo de transposição de conteúdos dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP) para os PDM e recondução dos POAP a Programa Especial	Discutido o entendimento sobre os prazos a considerar para efeitos do processo de transposição de conteúdos dos POAP para os PDM e recondução dos POAP a Programa Especial.

N.º da Reunião	Ordem do Dia	Conteúdos/Resultados
	6. Regime Jurídico da REN	Fornecida informação sobre os esclarecimentos prestados à tutela acerca da proposta de alteração à Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. Identificada a necessidade de promover uma melhor articulação entre a REN e o Domínio Público Hídrico.
	7. Modelo de Regulamento das Comissões de Acompanhamento de revisão/alteração dos PDM	Deliberada a aprovação do Modelo de Regulamento Interno de Funcionamento das Comissões Consultivas/Conferências Procedimentais para revisão/alteração dos PDM
	8. Dinâmica dos PDM	Apresentado o ponto de situação da dinâmica. Solicitado às CCDR que reportassem os procedimentos que têm vindo a adotar nos casos de incumprimento.
35ª RO (28.09.2023)	1. Informações	Fornecida informação sobre: trabalhos em curso relativos ao procedimento de produção de cartografia temática hidrográfica; formação para apoio à reconversão de AUGI; divulgado o Relatório da Inspeção Geral do Ambiente e Ordenamento do Território (IGAMAOT); reportada a submissão do Programa Regional de Ação do SGIFR (região Norte); Discussão Pública de quatro PRGP; publicitado o evento final da InC2 e sinalizada a dificuldade, por parte da APA, na execução de procedimento para correções materiais de IGT.
	2. Aprovação da ata da 34.ª Reunião Ordinária	Assunto agendado para a 36.ªRO
	3. Flexibilização das regras relativas ao cumprimento das imposições de salvaguarda de unidade mínima de cultura	Assunto discutido e identificada a necessidade de ser analisada a forma com os PDM já revistos ponderam a matéria ao nível dos aglomerados rurais. Identificada, também, a necessidade de integrar a reflexão que venha a ser feita no âmbito do GT IGT nos resultados do GT para a propriedade rústica.
	4. Prazos a considerar para efeitos do processo de transposição de conteúdos dos POAP para os PDM e recondução dos POAP a Programa Especial	Deliberado entendimento sobre o prazo a considerar.

N.º da Reunião	Ordem do Dia	Conteúdos/Resultados
	5. Dinâmica dos PDM	Apresentado o ponto de situação da dinâmica. Identificada a necessidade de traçar soluções de curto e de longo prazo para acelerar a conclusão dos processos, bem como definir a atuação nos casos de incumprimento.
	6. Relatório do Estado do Ordenamento do Território	Fornecida informação sobre os resultados da Discussão Pública do REOT e sobre o seguimento a dar ao documento.

Balanço das reuniões

Das três reuniões realizadas em 2023 destacam-se das suas atividades as seguintes realizações:

- Relatório de atividades da CNT 2022;
- Entendimento da CNT sobre a aplicação da Diretriz n.º 74 do PNPOT;
- Entendimento da CNT sobre os prazos a considerar para efeitos do processo de transposição de conteúdos dos POAP para os PDM e recondução dos POAP a Programa Especial;
- Modelo de Regulamento interno de Funcionamento das Comissões Consultivas para revisão/alteração dos PDM.

No domínio ordenamento do território, para além das realizações suprarreferidas, a CNT deu ainda continuidade aos trabalhos que visam a monitorização da Dinâmica dos PDM para efeitos de conformação daqueles IGT com as regras da classificação e qualificação do solo instituídas pelo quadro legal em vigor, deu também continuidade aos trabalhos que irão conduzir à elaboração do Relatório sobre as AUGI e discutiu os desenvolvimentos relativos ao Programa de Transformação da Paisagem, à publicação dos Programas Regionais de Ação do SGIFR e à conclusão do REOT.

No domínio da REN, destaca-se a produção de esclarecimentos prestados à tutela quanto às alterações propostas para a Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro e Portaria n.º 360/2015, de 15 de outubro, tendo neste âmbito, sido efetuados acertos às referidas propostas. Foi ainda sinalizada a necessidade de melhorar a articulação entre o Regime Jurídico da REN com o Domínio Público Hídrico, matéria que levou ao início de um trabalho entre a DGT e a APA com vista à definição de especificações para o procedimento que visa a produção de cartografia temática hidrográfica, de forma a obter-se um modelo digital de terreno de grande precisão.

As figuras 1 e 2 sintetizam e ilustram as principais matérias abordadas nas reuniões ocorridas ao longo de 2023.

ASSUNTOS COM ACOMPANHAMENTO	33ªRO	34ªRO	35ªRO
Reserva Ecológica Nacional	X	X	
RJIGT - Dinâmica PDM	X	X	X
RJIGT - Programas Especiais (prazos)		X	X
REOT		X	X
AUGI	X		X
PRGP	X		X
PNPOT & PROT	X		X
Regimes setoriais (SGIFR)	X	X	X

Fig.1 - Matérias abordadas nas reuniões da CNT de 2023

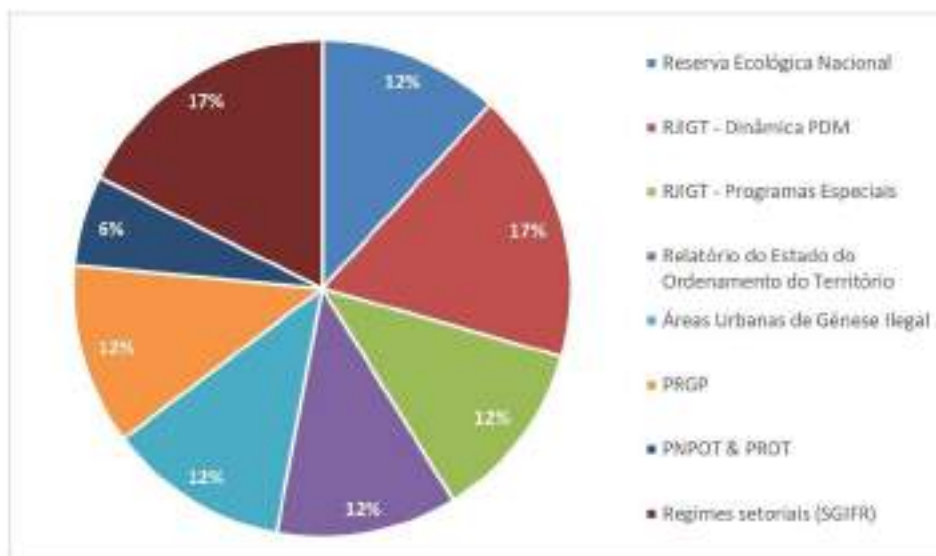


Fig.2 - Representatividade das matérias abordadas nas reuniões da CNT de 2023

Observa-se uma distribuição muito uniforme do tempo dedicado aos diferentes temas agendados ao longo do ano de 2023, havendo ligeira prevalência para os assuntos relacionados com a monitorização da dinâmica dos PDM e com o regime setorial do SGIFR, neste caso tendo incidido a discussão sobre a publicação dos Planos Regionais de Ação.

Das matérias objeto de discussão carecem de continuidade e/ou foram identificados como temas a endereçar e a acompanhar em 2024 os seguintes:

- Monitorização da dinâmica dos PDM;
- Elaboração do Relatório sobre as AUGI;
- Acompanhamento da elaboração do REOT 2022-2023;
- Acompanhamento dos PROT;
- Articulação da REN com a produção de cartografia topográfica relevante para o tema hidrografia;
- Identificação de diretrizes e abordagens para a delimitação, ao nível municipal, das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas integradas nas Áreas Estratégicas de Infiltração e de Proteção;
- Melhoria contínua da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial.

O envolvimento dos membros da CNT nas reuniões foi a constante das figuras 3 e 4.

REUNIÕES	33ºRO 30 março		34ºRO 25 maio		35ºRO 28 setembro	
	Presente	Ausente	Presente	Ausente	Presente	Ausente
Membros Permanentes	ANMP APA CCDR Alentejo CCDR Algarve CCDR Centro CCDR Norte CPADA DGT	CCDR LVT ICNF	APA CCDR Alentejo CCDR Algarve CCDR LVT CCDR Norte ANMP DGT	CCDR Centro CPADA ICNF	CCDR Algarve CCDR Centro CCDR Norte CPADA DGT	ANMP APA CCDR Alentejo CPADA ICNF
Membros Não Permanentes	ANEPC		ANEPC		ANEPC	

Fig.3 – Presenças nas reuniões da CNT de 2023

Estiveram presentes em todas as reuniões os membros representantes da DGT e das CCDR Algarve e CCDR Norte e da ANEPC.



Fig.4 – Representatividade das entidades nas reuniões da CNT de 2023

As reuniões contaram também com a presença de representantes da tutela na 34.ª e 35.ª reuniões, tendo estado presentes o representante do Gabinete do Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Floresta e o representante do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território.

Reuniões e atividades dos grupos de trabalho

Para apoio aos trabalhos da CNT foram realizadas oito reuniões do GT REN, duas reuniões do GT IGT, e uma reunião do GT AUGI.

Quadro n.º 3 – Reuniões dos Grupos de Trabalho

Reuniões do GT REN	Data
32.ª Reunião	13.02.2023
33.ª Reunião	22.03.2023
34.ª Reunião	05.04.2023
35.ª Reunião	11.04.2023
36.ª Reunião	20.04.2023
37.ª Reunião	30.10.2023
38.ª Reunião	03.11.2023
39.ª Reunião	10.11.2023
Reuniões do GT IGT	Data
20.ª Reunião	19.01.2023
21.ª Reunião	26.10.2023
22.ª Reunião	30.10.2023
Reuniões do GT AUGI	Data
3.ª Reunião	12.01.2023

Grupo de Trabalho para a Reserva Ecológica Nacional

O GT REN foi criado em 16 de fevereiro de 2016, por deliberação da CNT, com o objetivo de avaliar a aplicação dos critérios de delimitação da REN, promover a elaboração de documentos de apoio, propor a harmonização de processos e elaborar o modelo de dados da REN.

O grupo integra na sua composição representantes das seguintes entidades: APA, I.P.; ANMP; ANEPC; CCDR LVT; CCDR Alentejo; CCDR Algarve; CCDR Centro; CCDR Norte; DGADR; DGT; ICNF, I.P. e LNEG, I.P.

No decurso de 2023 o GT REN reuniu oito vezes, tendo o seu trabalho incidido sobre os seguintes assuntos:

- Resposta a questões da tutela sobre o Regime Jurídico da REN e sobre as propostas de alteração à Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro e Portaria n.º 360/2008, de 15 de outubro;
- Revisão das propostas de alteração à Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro e Portaria n.º 360/2008, de 15 de outubro;
- Proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2018, de 8 de junho.

O GT REN concluiu os objetivos previstos para as atividades de 2023, tendo o resultado do seu trabalho sido submetido à tutela.

Grupo de Trabalho para os Instrumentos de Gestão Territorial

O GT IGT foi criado a 18 de julho de 2017, por deliberação da CNT, tendo por missão analisar questões relevantes para a otimização de procedimentos de articulação entre entidades e para a dinâmica dos IGT.

O GT IGT integra na sua composição representantes das seguintes entidades: APA, I.P., ANMP; CCDR Norte; CCDR Centro; CCDR Lisboa e Vale do Tejo; CCDR Alentejo; CCDR Algarve; DGT e ICNF, I.P.

No ano de 2023 o GT IGT reuniu três vezes. O primeiro encontro foi circunscrito às CCDR e visou preparar a 33.ª Reunião da CNT no que respeitou à interpretação sobre a aplicação da Diretriz n.º 74 do PNPT à luz dos PROT em vigor e dos trabalhos em curso dos PROT em elaboração, bem como apresentar a metodologia para adaptação das Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS). A segunda e terceira reuniões tiveram em vista analisar o pedido da ANMP para prorrogação do prazo previsto no artigo n.º 199 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e debater soluções sobre a utilização de cartografia homologada a utilizar nos trabalhos em curso no âmbito da revisão/adaptação dos PDM.



Grupo de Trabalho para as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (GT AUGI)

O GT AUGI foi criado a 15 de dezembro de 2011, por deliberação da CNT, tendo por missão contribuir para a elaboração do Relatório de Estado das AUGI. Este Grupo de trabalho integra na sua composição representantes das seguintes entidades: APA, I.P., ANMP; CCDR Norte; CCDR Centro; CCDR Lisboa e Vale do Tejo; CCDR Alentejo; CCDR Algarve; DGT e Direção-Geral das Autarquias Locais.

No ano de 2023 o GT AUGI reuniu uma vez com vista dar continuidade aos trabalhos já iniciados e que visam a elaboração do Relatório de Estado das AUGI. Na reunião foram discutidos aspetos inerentes ao plano de formação para os técnicos municipais, de acordo com o previsto no artigo 56.º-B da Lei AUGI (Lei n.º 91/95, de 2 de setembro).

ANEXO

Pedidos remetidos à CNT em 2023

Data de entrada na CNT(Registro EDOC)	Proveniência	Assunto	Seguimento
03.02.2023	IGAMAOT	Ata da 32.ª Reunião da CNT	Foi enviada resposta a 06.02.2023, por email, informando que a ata ainda não se encontrava aprovada, dando ainda nota de que a ata seria enviada e disponibilizada no site assim que aprovada.
09.03.2023	ICNF	Interpretação do RJIGT - Programas - Pedido parecer ICNF	O assunto foi agendado na 33.ª RO da CNT e teve seguimento na 34.ª reunião, na qual foi deliberado o entendimento da CNT sobre a questão exposta.
17.07.2023	Gabinete SEALOT	Flexibilização das regras relativas ao cumprimento das imposições de salvaguarda da unidade mínima de cultura	O assunto foi agendado na 35.ª RO da CNT, tendo sido identificada a necessidade de integrar a reflexão que venha a ser feita no âmbito do GT IGT nos resultados do GT para a propriedade rústica.
24.08.2023	IGAMAOT	Avaliação do cumprimento do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional no Município de Santiago do Cacém – Envio de Relatório	O assunto foi levado ao conhecimento dos membros na 35.ª RO da CNT.
18.10.2023	Gabinete SEALOT	Cópia de Comunicação da ANMP dirigida à SEALOT – Prorrogação do prazo do artigo 199.º do RJIGT.	O assunto não foi objeto de agendamento, uma vez que o prazo foi prorrogado com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2024, de 19 de janeiro.

ANEXO 2



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS ASSOCIAÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE

Comunicado CPADA
Impacto da
Redução dos Apoios à Agricultura

A Agricultura, que tem como função principal a produção de alimentos, que devem ser saudáveis e produzidos em respeito pelo Ambiente, tem de remunerar justamente os nossos agricultores e ser promotora da coesão territorial.

A Política Agrícola Comum (PAC) atual, está enquadrada pelo Pacto Ecológico Europeu (Green Deal) e pela Estratégia da Quinta ao Prato (Farm to Fork), dada a emergência climática, o impacto ambiental da atividade agrícola e a necessidade de soberania alimentar na Europa. Em Portugal, a PAC está enquadrada no Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), com opções nacionais, entre 2023-27.

Os montantes de apoio previstos do PEPAC nacional, nos Eco-Regimes e em particular nos apoios à Agricultura Biológica, foram erradamente calculados e assim os agricultores que se candidataram a esta agricultura tiveram o corte de 35%. Depois de negociações com o Governo, ficou estabelecido a reposição deste montante.

Estes apoios destinam-se a apoiar o rendimento dos agricultores face aos compromissos e metas ambientais, assumidos por Portugal perante a Comissão Europeia.

O PEPAC 2023-27, deverá ser reprogramado, e terão de ser tomadas decisões políticas no sentido de permitir que os agricultores recebam as ajudas por inteiro e que haja a garantia de se manterem no futuro.

Caso não haja uma decisão política no sentido de apoiar a Agricultura Biológica conforme orientação da Comissão Europeia, iremos assistir a uma redução significativa da Superfície em Agricultura Biológica, em 2025.

Recordar que a Agricultura Biológica é a única forma de produzir alimentos sãos, que sejam seguros para os nossos cidadãos e em respeito pelo Ambiente.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2024

A Comissão Executiva
CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

Secretariado: Rua Bernardo Lima Nº 35, 2ºB – 1150-075 – Lisboa
Endereço Postal: Apartado 4101 – 1500-001 Lisboa
Tel.: 213 561253 | **E-mail:** cpada@cpada.pt | **Site:** www.cpada.pt

ANEXO 3

- CARTA ABERTA -

OS DEZ TEMAS AMBIENTAIS PRIORITÁRIOS PARA A CPADA

**Exma. Senhora Ministra do Ambiente e Energia
Doutora Maria Graça Carvalho**

Com a tomada de posse do novo Governo foi V. Exa nomeada para a pasta ministerial do Ambiente e Energia. Mostrando sensibilidade, respeito e relevância pelo trabalho e função das organizações de ambiente que representam uma parcela importante da denominada sociedade civil, acolherá uma representação das mesmas, no próximo dia 6 de maio, o que agradecemos.

A CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, que apresenta desde já votos de que este possa ser um mandato profícuo no trabalho em prol da defesa do Ambiente, mostra-se atenta com os desafios que enfrentamos e com os objetivos nacionais e europeus a alcançar neste âmbito. A CPADA alerta para a necessidade fundamental de coordenar esforços na dinâmica desta caminhada e dar especial ênfase aos dez temas que consideramos prioritários trabalhar.

1. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Perante a iminência do colapso dos ecossistemas é com apreensão e discordância que vemos desaparecer da orgânica do Governo a pasta da Conservação da Natureza.

Apesar de Portugal possuir ainda bons índices de biodiversidade esta está em declínio e deve ser um motivo de preocupação. Alertamos para a necessidade de desenvolver ações para fomentar o uso de práticas Sustentáveis, seja na agricultura, indústria e outros sectores, promovendo a economia circular, a redução de emissões poluentes e o uso eficiente dos recursos. Deverá ser fomentando o restauro dos ecossistemas, permitindo que seja efetuado projetos de restauro ecológico e a recuperação de ecossistemas degradados. Manifestamos a necessidade de continuar a apostar na Educação Ambiental, sensibilizando o público e os respetivos decisores políticos sobre as questões ambientais.

Na Conservação da Biodiversidade há a necessidade de proteger e restaurar os habitats naturais para assegurar a sobrevivência das espécies, nomeadamente relativamente ao decréscimo de investimento em meios humanos e financeiros, e a falta de gestão e valorização da Rede Nacional de Áreas Protegidas e dos sítios da Rede Natura 2000 e a ausência de uma estratégia nacional de monitorização da biodiversidade e o abandono da aposta na carreira dos vigilantes da natureza.

De reforçar que as ONGA's desempenham um papel muito importante na boa aplicação dos recursos destinados à conservação da natureza, na sensibilização pública para garantir um futuro mais sustentável e que desempenham um papel fundamental no envolvimento das comunidades locais no desígnio da conservação da natureza.

2. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Os planos de ordenamento e os regulamentos específicos para as áreas da Rede Natura 2000 são fundamentais para garantir uma gestão eficaz, a conservação dos

habitats e espécies presentes nessas áreas classificadas. Esses planos e regulamentos, que não existem, deveriam abordar questões como o uso do solo, atividades humanas, monitorização e fiscalização, garantindo assim que as atividades realizadas dentro dessas áreas sejam compatíveis com os objetivos de conservação e, sobretudo, da sustentabilidade.

3. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PROTEÇÃO CIVIL

Existe uma forte probabilidade de não serem cumpridas as metas do Acordo de Paris. É premente a aplicação das medidas definidas para a descarbonização, numa atuação local, regional, nacional e europeia orientada para a promoção dos equilíbrios indispensáveis à qualidade de vida ambiental, económica e social. Um caminho de reversão das alterações climáticas não pode ignorar a urgência de medidas de mitigação dos seus efeitos. Existem problemas estruturais muito relevantes a que se tem de acorrer, bem como relativamente à previsão e antecipação de eventos extremos, onde pontuam problemas organizativos, ordenamento do território, falta de capacitação dos profissionais, recursos materiais e articulação entre organismos no âmbito da proteção civil.

4. REDUÇÃO DAS EMISSÕES E MOBILIDADE

A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAA) estabelece os objetivos e o modelo para a implementação de soluções para a adaptação de diferentes sectores aos efeitos das alterações climáticas, onde se inclui os transportes.

A mobilidade tem sido responsável por 24,5% das emissões de GEE, pelo que a aposta na eletrificação e na ferrovia têm sido medidas apontadas como soluções. No entanto a eletrificação por si só não é solução para o problema de mobilidade das cidades e vilas de Portugal. Cerca de 45% das deslocações de carro são efetuadas até 10 km de distância. Se reduzirmos as distâncias das deslocações para 5 km, verificamos que mais de 55% da população o faz utilizando de carro. Estas duas distâncias podiam ser feitas de forma ativa (a pé ou de bicicleta) ou de transporte público.

Desta forma haveria menos carros na cidade, menos produção implica menos poluição e uma deslocação sustentável.

Para além da questão ambiental há a questão de saúde. Uma pessoa adulta deve efetuar 15 minutos diários de exercício físico. Se a deslocação for feita em modo ativo, já está a cumprir os mínimos recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

Soma-se ainda o impacto no espaço público que os carros, elétricos ou a combustão, têm. Uma cidade não tem espaço para que toda a sua população possa possuir um carro, mesmo elétrico. E o espaço público não deve ser privatizado para o estacionamento de um bem privado que apenas prejudica as cidades e territórios. O custo de ocupação do espaço público vai muito além do custo de uma taxa que permite o estacionamento naquele local, é um custo económico e social que, inclusivamente, induz as pessoas a terem medo de utilizar outros modos de transporte.

5. LEI DE BASES DO CLIMA

Portugal assumiu metas ambiciosas de redução das emissões antropogénicas dos poluentes comuns até ao ano de 2030. Estas devem ser metas conciliáveis com os Planos de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), mas sobretudo com as grandes opções para as infraestruturas de mobilidade – o investimento na ferrovia e na expansão da rede pública de transportes, designadamente em ferrovia, são prioritárias.

Não se conseguiu perceber o que na verdade se pretende abordar. As problemáticas dos incêndios devem tratar-se ao nível da prevenção, especialmente, no âmbito do ordenamento do território e da demografia. Se se pretende tratar a problemática do carbono, parece-nos que haverá que tratar a prevenção e o sequestro de forma articulada e global.

6. TURISMO E SUSTENTABILIDADE

A ONU e a Comissão Europeia apontam para uma política de um turismo sustentável, que Portugal subscreveu, assumindo o compromisso de adequar este setor com as melhores práticas disponíveis, em diversas questões, como o uso adequado dos recursos naturais e ambientais, o respeito pela autenticidade sociocultural das comunidades locais, potenciar a sustentabilidade económica das diferentes atividades turísticas, assegurar que estas atividades são economicamente viáveis a longo prazo, enquadrado no ENAAC. Se a aposta destas políticas de redução de emissões e mobilidade assenta na promoção da ferrovia, se a dimensão de Portugal coloca as outras infraestruturas aeroportuárias já existentes a uma distância reduzida de Lisboa, se o objetivo é apostar no turismo sustentável, porque tanta resistência em manter uma obra que está "desatualizada" face à tendência atual mundial em que as políticas apontam para soluções de limitar um número limitado de visitantes por dia, restringir o acesso a determinados locais ou promover outros destinos fora das grandes cidades para reduzir o *overturismo*. Esta mudança e reviravolta de paradigma no setor do turismo vem com um forte sentimento ecológico, que cada vez se sente e é mais forte.

7. AGRICULTURA

A Agricultura em Portugal, desenvolve-se desde 1986, no quadro da Política Agrícola Comum e o Programa do Governo parece ignorar esta situação. Atualmente, cada estado membro da União Europeia, tem aprovado um Plano Estratégico para a Política Agrícola Comum (PEPAC), onde por base tem documentos estratégicos como: o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia da Quinta ao Prato, e a Estratégia da Biodiversidade. O PEPAC, é o plano que vai condicionar toda a nossa agricultura nos próximos anos. Tem objetivos, indicadores e metas. No Programa do Governo faltam medidas e metas que possam cumprir o que está acordado com a União Europeia. O objetivo essencial da agricultura é prover alimentos saudáveis e sustentáveis à população. Não há uma palavra sobre a Soberania Alimentar. A Agricultura Biológica (uma das metas do PEPAC) que ocupa 30% da superfície agrícola útil nacional, não merece uma palavra.

8. GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

É prioritária a aplicação de um modelo adequado de gestão dos recursos hídricos, em especial da água potável. No nosso país, 41% da água potável é desperdiçada, existindo algumas regiões do país onde o desperdício chega a 81% e, cerca de 25% da água que passa nas condutas de abastecimento em Portugal é desperdiçada. Assim, não basta pensar no desperdício doméstico, industrial e agrícola, é também fulcral investir rapidamente em tecnologia e num plano global, a nível nacional, que reduza as perdas de água a mínimos, reduzindo também os custos financeiros das Entidades Públicas que gerem estes recursos e, conseqüentemente, reduzindo o custo para os consumidores.

É crucial que se discipline e reduza o acesso a poços e furos que exploram diretamente os lençóis freáticos e os põem em grave risco

O caminho deve ser feito de perto com a Administração Local, em particular, onde há bastante potencial de reaproveitamento de águas residuais.

9. RESÍDUOS, ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

A reforma deste setor é urgente, e as políticas públicas deverão passar pelo necessário investimento e organização do sector de forma a garantir uma gestão ampla e equilibrada dos resíduos perigosos e banais, bem como cumprir metas de redução, reaproveitamento e reciclagem. O foco deve estar na redução da produção, no incentivo à recolha seletiva diversa e de proximidade, sustentada por uma comunicação clara sobre as regras da separação e reciclagem.

É também premente publicitação de legislação importante – como o caso do diploma "ProSolos".

A Economia Circular deve ser separada do que é a caracterização de "resíduos". Este campo carece de incentivos aos processos de aumento do tempo de vida dos produtos ou de reintrodução dos resíduos nas cadeias de valor. Deve ser promovido o uso de todas as formas de matérias-primas secundárias, mesmo na energia, com a redução da produção de resíduos, que resultam na qualidade de vida das populações, na competitividade e a inovação.

10. MAR

Os Oceanos têm um papel fundamental para absorver o dióxido de carbono libertado e o calor acumulado na atmosfera. Por outro lado, contribuem para a manutenção de uma riqueza de biodiversidade responsável pelo fornecimento de 50% do oxigénio.

Portugal possui privilegiada maior zona económica exclusiva da Europa, mas as suas políticas têm ignorado o facto e a oportunidade em nome não se sabe bem do quê. É preciso que Portugal valorize devidamente a sua ZEE

Dado que os Oceanos são, por si só, o equivalente a várias florestas "Amazónia". A classificação de 30% de Áreas Marinhas Protegidas até 2030 é por isso de extrema importância ambiental, económica e social, devendo ser disponibilizados os meios efetivos de fiscalização.

Confiantes que todos temos uma missão importante para os objetivos ambientais, que a participação da Sociedade Civil é fulcral, reforçamos a nossa disponibilidade em colaborar e participar na construção da qualidade ambiental em Portugal.

Lisboa, dia 02 de maio de 2024

Com os nossos cordiais cumprimentos

José Manuel Caetano
Presidente do Executivo CPADA

Conservação da natureza e resíduos nas 10 prioridades das associações de defesa do ambiente

A CPADA define como temas prioritários a descarbonização, mudanças de paradigma no "turismo e sustentabilidade", modelos adequados de gestão dos recursos hídricos e reformas no setor dos resíduos.

02 mai. 2024, 23:39

Oferecer



Agência Lusa
Texto

A aposta na conservação da natureza, na redução de emissões e de mobilidade automóvel, e a reforma do setor dos resíduos são alguns de 10 temas que as organizações ambientalistas vão apresentar à ministra do Ambiente.

Os 10 temas prioritários para a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA) foram esta quinta-feira divulgados em comunicado, a propósito de uma reunião que a estrutura terá com a ministra do Ambiente, Maria da Graça Carvalho, na próxima segunda-feira.

Na carta-aberta a CPADA começa por dizer que **“é com apreensão e discordância” que vê desaparecer da orgânica do Governo a pasta da Conservação da Natureza**, um setor que está em declínio e que **“deve ser motivo de preocupação”**.

“Alertamos para a necessidade de desenvolver ações para fomentar o uso de práticas sustentáveis, seja na agricultura, indústria e outros setores, promovendo a economia circular, a redução de emissões poluentes e o uso eficiente dos recursos”, diz-se no documento, no qual se advoga o restauro dos ecossistemas, a continuação da aposta na educação ambiental, e a proteção e restauro de habitats naturais, conferindo-lhe os meios necessários.

A CPADA quer também planos de ordenamento e regulamentos específicos para as áreas da Rede Natura 2000, diz ser premente a **aplicação das medidas para a descarbonização**, porque há o risco de não serem cumpridas as metas do Acordo de Paris, e alerta para a necessidade de redução de emissões nos transportes, sugerindo que pequenas distancias não se façam de carro mas sim em transporte público, a pé ou de bicicleta.

“Desta forma haveria menos carros na cidade, menos produção implica menos poluição e uma deslocação sustentável”, diz a confederação, explicando que essa mudança tem efeitos na saúde, e que o espaço público não deve ser privatizado para o estacionamento de um bem privado **“que apenas prejudica cidades e territórios”**.

Na área do **“turismo e sustentabilidade”** a CPADA propõe uma mudança de paradigma no setor, um turismo sustentável, evitando a sobrecarga de turistas, e na agricultura aponta o programa do

Governo para dizer que faltam medidas para cumprir o que está acordado com a União Europeia (os planos estratégicos apresentados, como o Pacto Ecológico Europeu), e que não se fala da soberania alimentar nem da agricultura biológica.

Prioridade também, entende a organização, é a aplicação “de um **modelo adequado de gestão dos recursos hídricos**, em especial da água potável”, bem como investir em tecnologia e num plano que reduza as perdas de água.

E acrescenta nesta matéria: “É crucial que se discipline e reduza o acesso a poços e furos que exploram diretamente os lençóis freáticos e os põem em grave risco”.

Em relação aos **resíduos, economia verde e circular a CPADA salienta que “a reforma deste setor é urgente”, e que é preciso investir na organização do setor.**

“O foco deve estar na redução da produção, no incentivo à recolha seletiva diversa e de proximidade, sustentada por uma comunicação clara sobre as regras da separação e reciclagem”, pode ler-se na carta-aberta, na qual se salienta também a importância do oceano, e se advoga a valorização devida da Zona Económica Exclusiva de Portugal, que não tem acontecido.

“Dado que os Oceanos são, por si só, o equivalente a várias florestas “Amazónia”, a classificação de 30% de Áreas Marinhas Protegidas até 2030 é por isso de extrema importância ambiental, económica e social, devendo ser disponibilizados os meios efetivos de fiscalização”, alertam os responsáveis pela carta-aberta.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE POLÍTICA NATUREZA AMBIENTE CIÊNCIA RESÍDUOS
SUSTENTABILIDADE TURISMO SOCIEDADE



Proponha uma correção, sugira uma pista: observador+lusa@observador.pt



Oferecer

ANEXO 4



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GUARDAS E VIGILANTES DA NATUREZA
Ao serviço dos Vigilantes da Natureza desde 1990

Principais Problemas nas áreas protegidas:

1. **Financiamento:** As áreas protegidas em Portugal sofrem com a falta de financiamento contínuo e adequado, o que afeta a manutenção, monitorização, vigilância, fiscalização e implementação de projetos de conservação da Natureza.
2. **Recursos Humanos:** A falta de Vigilantes da Natureza e de Técnicos para a gestão e monitorização das áreas protegidas é um problema comum a todas elas. Sem uma equipa adequada é difícil realizar tarefas essenciais e de controlo.
3. **Políticas de Conservação:** A implementação de políticas de conservação da Natureza só podem ser eficazes se existir financiamento e recursos humanos.
4. **Pressões Externas:** As áreas protegidas enfrentam pressões de desenvolvimento urbano, turismo descontrolado, agricultura intensiva e outras atividades humanas que ameaçam a biodiversidade e os ecossistemas.

É essencial apostar e investir em políticas eficazes, financiamento adequado e envolvimento comunitário para garantir a proteção a longo prazo das áreas protegidas.

A falta de Vigilantes da Natureza no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), na Agência Portuguesa do Ambiente (APA/ARH's) e nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR's) é um problema significativo que afeta a gestão eficaz das áreas protegidas e do ambiente em geral. Esta carência de Vigilantes da Natureza impacta diretamente a capacidade de monitorização, fiscalização, a proteção do meio ambiente, incluindo a gestão dos recursos hídricos e a conservação da biodiversidade.

A escassez de Vigilantes da Natureza tem implicações negativas:

1. **Redução na Fiscalização Ambiental:** A fiscalização ambiental fica comprometida. O que leva a um aumento de infrações ambientais, como a caça furtiva, a pesca ilegal, a poluição dos recursos hídricos e da atmosfera e a redução do coberto arbóreo.
2. **Impacto na Conservação da Biodiversidade:** Os Vigilantes da Natureza são fundamentais para a proteção da fauna e da flora. A falta destes profissionais resulta na deterioração de habitats naturais e na ameaça a espécies em risco de extinção.
3. **Gestão Ineficiente dos Recursos Hídricos:** As ARH's são responsáveis pela gestão das bacias hidrográficas e pela qualidade da água. A ausência de Vigilantes da Natureza pode dificultar a monitorização e a intervenção em casos de poluição ou uso inadequado dos recursos hídricos.

SOBRE O DIA NACIONAL DOS JARDINS

A criação, pela Assembleia da República, do Dia Nacional dos Jardins (instituído a 16 de setembro de 2022), a celebrar anualmente no dia 25 de maio, data do nascimento do Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Teles (1922-2020), foi ideia proposta sob forma de petição pública por um grupo de jovens estudantes de Portimão. Esta iniciativa foi dinamizada por um docente do ensino secundário, o Professor de Filosofia e de Cidadania e Desenvolvimento, Carlos Café, grande admirador de Gonçalo Ribeiro Telles.

A ideia, transformada em decisão pela Assembleia da República, foi aprovada por unanimidade por todos os partidos representados no parlamento, e pode ser vista como um bom augúrio. Todos os partidos, incluindo aqueles que têm sido governo desde 1974, sentiram-se vinculados a respeitar a obra do homenageado e a pôr em prática o seu ideário. Mas é forçoso ver tal unanimidade com alguma prudência e sentido crítico. São ainda muito comuns as situações, e algumas de grande gravidade, em que foi e continua a ser violado não só o espírito da obra do homenageado como ainda, não raro, a letra das leis de proteção do Território, da Natureza e do Ambiente, que a ele devemos, e aos que com ele colaboraram. Violações sempre apoiadas no suposto «interesse público».

Os parques, os jardins, as árvores estão, sem dúvida e de modo permanente, no cerne do pensamento e da ação de Ribeiro Telles. São, aliás, de sua autoria ou coautoria algumas obras paisagísticas em Portugal que mais se destacam nas últimas décadas. Mas no cerne do seu pensamento e da sua obra está também todo o território português visto na sua unidade e diversidade profunda, porquanto foi também promotor da REN – Reserva Ecológica Nacional e da RAN – Reserva Agrícola Nacional, que têm sido delapidadas ao longo dos anos. Esperemos que os promotores desta decisão da Assembleia da República, nas comemorações e ações que venham a pôr em prática, tenham em atenção não só a letra mas também o espírito de toda a obra, pensamento e ação do homenageado, e façam da criação desse Dia Nacional algo mais do que um verniz cosmético ou uma celebração oca e convencional, tão ao contrário do homenageado.

ARTE DOS JARDINS

Para Francisco Caldeira Cabral a arquitectura paisagista mobiliza simultaneamente a arte e a ciência ao aliar uma arte muito subtil a uma técnica muito apurada apoiada numa ciência vasta. Organiza-se o espaço para a criação de beleza para satisfação lúdica do Homem. Eram estas as razões que o levavam a insistir em incluí-la nas Belas Artes,

Celebrar a Arte dos Jardins como Património Natural e Cultural implica acabar com a nefasta prática, frequente na administração central e local, de utilizar jardins, parques e espaços arborizados como locais que se podem mutilar, agredir e até demolir impunemente a pretexto desta ou daquela obra.

Para evitar intervenções pesadas e destrutivas, incluindo a ocupação desses espaços com estaleiros de obras, deverá algum tipo de avaliação de impacto ambiental estar presente, tendo em conta as suas dimensões e características, desde a conceção e não apenas quando já forem dados como irreversíveis trajetos, localizações e destruições ou mutilações de valores naturais, ecológicos e ambientais.

Importa igualmente sublinhar que, além da preservação do património em jardins e espaços verdes similares, é necessário criar novos jardins e espaços verdes em meio urbano. De facto, trazem consigo grandes benefícios por intermédio dos ecossistemas por eles criados, com relevo para a mitigação dos efeitos microclimáticos negativos das «ilhas de calor» nas cidades, da poluição atmosférica, funcionando como filtro e/ou barreira, e das, cada vez mais frequentes, épocas de seca, sem esquecer os benefícios que trazem para a saúde física e mental de todos. Por outro lado, através dos solos permeáveis que preservam e da criação de novos habitats para a flora herbácea e fauna que incentivam, criam uma proteção suplementar nos períodos de chuvas intensas e inundações, ampliando assim o «efeito de esponja» e de barreira à erosão do solo, cuja presença insuficiente foi bem evidente ainda no outono-inverno de 2022-2023.

A MODA DAS «REQUALIFICAÇÕES»

Embora a preservação de um jardim seja compatível com intervenções pontuais desde que no respeito do espírito originário que presidiu à sua conceção, sejam eles jardim de autor ou de tradição anónima, é necessário desincentivar a atual moda das «requalificações» quando destroem elementos integrantes e essenciais de jardins e de espaços ajardinados preexistentes.

Em alternativa às «requalificações» simplistas e abusivas deve ser incentivada a criação de novos jardins de raiz. As intervenções no que já existe devem respeitar o património vegetal já plantado, respeitando igualmente os direitos dos seus autores, em grau idêntico àquele que todos reconhecem aos autores de obras de Pintura, Escultura ou Arquitetura.

O SUPOSTO E O VERDADEIRO INTERESSE PÚBLICO

A destruição ou mutilação de jardins invocando declarações de suposto «interesse público» devia ser interdita e assumida como crime ambiental. O mesmo se passa com árvores e maciços arbóreos, seja por abate ou podas incorretas. Em teoria a nova Lei n.º 59/21 de 18 de agosto sobre o regime jurídico de gestão do arvoredo urbano deveria interditar tais práticas. No entanto, ela é muitas vezes interpretada de modo laxista pelas autoridades, incluindo pelo próprio Governo, que se atrasa na publicação de regulamentações essenciais à aplicação desta lei.

Nas comemorações do Dia Internacional da Paisagem ocorridas no Porto, Oscar Bressane, colaborador do arquiteto paisagista brasileiro Roberto Burle Marx, recordou

que árvores e jardins não devem ser tratados como coisas de que se pode dispor a bel-prazer, mas antes com respeito, já que são seres vivos.

No que se refere ao conjunto do território, e à forma como é desrespeitada a necessidade de preservar ecossistemas e valores naturais, multiplicam-se igualmente as declarações de «interesse público» que contradizem a legislação nacional e até desrespeitam compromissos contraídos em acordos, convenções e tratados internacionais. Factos tanto mais graves quanto é urgente, na situação mundial atual de alteração climática, proteger a biodiversidade, reserva e fonte de carbono acumulado e reguladora da qualidade do ar, água e solo, de modo a mitigar os efeitos negativos de temperaturas e secas extremas.

Como forma de respeitar e homenagear Gonçalo Ribeiro Telles, o Dia Nacional dos Jardins devia servir para relembrar a necessidade de aumentar e requalificar as manchas verdes urbanas, tornando-as mais naturalizadas e biodiversas, e assumir a preservação destes espaços e dos ecossistemas naturais, como verdadeiro interesse público.

Subscrevem

associações, grupos e coletivos formais e informais, entidades, empresas

A.C.E.R. - Associação Cultural e de Estudos Regionais
Academia Cidadã
ACRÉSCIMO - Associação de Promoção ao Investimento Florestal
ADACE - Associação de Defesa do Ambiente de Cacia e Esgueira
ADEP - Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva
AEPGA - Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino - Atenor
Aliança pela Floresta Autóctone
ALMARGEM - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental
Alvorecer Florestal – Web e V. N. Gaia
APTS – Associação Portuguesa de Turismo Sustentável
ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental
Associação Amigos dos Açores
Associação BioLiving
Associação de Defesa do Paul de Tornada – PATO
Associação dos Amigos do Parque Ecológico do Funchal
Associação Dumas Livres
Associação Vamos Salvar o Jamor
CADEP-CN - Clube dos Amigos e Defensores do Património-Cultural e Natural da Ilha de Sta Maria (Açores)
Associação Espaço VIPA 1051 – Matosinhos
Associação Evoluir Oeiras
Associação Famalicão em Transição
Associação ReflorestarPT - Regeneração Ecológica e Social
Associação Vimaranesense para a Ecologia
Campo Aberto – associação de defesa do ambiente
Chão do Rio – Turismo de Aldeia - Travancinha, Seia
CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental
CISMA - Associação Cultural – Covilhã
Clube UNESCO da Cidade do Porto
Colectivo HortaFCUL
FAPAS - Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade
Forum Amigos das Árvores - FAA
GÉOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
Glocal Faro
Grupo Olhar o Futuro com Ribeiro Telles
HZAVE – Associação Movimento Cívico para a Dinamização e Valorização do Vale do Ave (Riba de Ave)

Instituto Zoófilo Quinta Carbone – IZQC
Íris – Associação Nacional de Ambiente
Liga Portuguesa dos Direitos do Animal – LPDA
LPN – Liga para a Proteção da Natureza
MAPA – Movimento Académico de Proteção Ambiental – Universidade da Beira Interior
Movimento Bem da Terra – Felgueiras
Movimento Jardim Martim Moniz
Movimento Peticionário Rua Régulo Megauanha-Porto
Movimento por um Jardim Ferroviário na Boavista – Porto
Movimento Unidos pelo Rossio – Aveiro
MUBi- Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta
NDMALO-GE: Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro – Grupo Ecológico
Onda Verde – Associação Juvenil de Ambiente e Aventura
Palombar – Associação de Conservação da Natureza e do Património Rural
PCI – Paramédicos de Catástrofe Internacional
Plataforma em Defesa das Árvores
PUMI – Movimento Por Um Mundo Ideal
QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza
Renovar a Mouraria – Associação
Rio Neiva - Associação de Defesa do Ambiente
Salvar o Jardim da Parada
SEA – Sociedade de Ética Ambiental
Slow Motion Tours - Porto
SPECO – Sociedade Portuguesa de Ecologia
TAGIS- Centro de Conservação das Borboletas de Portugal
Tree Talk Gaia – Movimento pela Preservação de Espaços Verdes em Gaia Litoral
Verde – Associação para a Conservação Integrada da Natureza
ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

Adesões recebidas já depois de iniciada a divulgação pública, em 18 de maio de 2023

Movimento Salvar as Alagoas Brancas
Guardiões da Serra da Estrela
Amigos da Tapada das Necessidades



CPADA Confederação <cpada@cpada.pt>

Reunião com a Senhora Ministra do Ambiente e Energia | CPADA

joaquim.pinto@aspea.org <joaquim.pinto@aspea.org>
Para: cpada@cpada.pt

3 de maio de 2024 às 12:55

Boa tarde

Venho, por este meio, indicar sugestões para reunião com a Senhora Ministra do Ambiente e Energia.

Conforme já comunicado ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente recomendamos:

- avaliação da Estratégia Nacional de Educação Ambiental
- abertura de um Edital do Fundo Ambiental para pequenos projetos locais aproximando as associações, grupos de jovens, grupos de escolas, municípios com o objetivo de aproximar os jovens das políticas ambientais locais
- Reforçar o apoio com o Ministério da Educação ao programa de mobilidade estatutária de docentes para a coordenação de projetos de Educação Ambiental, através da sua ação nas ONGA,

Outras sugestões:

- Levantamento das ações de Educação Ambiental promovidas pelo Fundo Ambiental
- Criar um centro virtual de recursos de Educação Ambiental, integrando os produtos e recursos apoiados pelo Fundo Ambiental
- Linha de apoio a projetos de cooperação com países da CPLP no campo da Educação Ambiental

Se receber mais contributos dos colegas da Direção remeterrei até à data indicada.



Joaquim Ramos Pinto
Presidente da Direção Nacional
+ 351 916 635 638



Ficamos a aguardar resultados da reunião e a aceitação por parte da Senhora Ministra do Ambiente e Energia destes pontos apresentados.

Contributos para Audiência com a Ministra do Ambiente e Energia
ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola



CPADA Confederação <cpada@cpada.pt>

Reunião com a Senhora Ministra do Ambiente e Energia | CPADA

ADPM | Jorge Revez <direcao@adpm.pt>
Para: CPADA Geral <cpada@cpada.pt>

3 de maio de 2024 às 16:13

Boa tarde Caro Presidente da CPADA

Sobre o assunto, gostaria de que fosse apresentado à Senhora Ministra do Ambiente de como serão acautelados os impactos ambientais provocados pela provável tomada de água do Guadiana na região do Pomarão, para abastecimento do Algarve.

Os meus cumprimentos

Jorge Revez

Presidente da Direção

direcao@adpm.pt

(+351) 288 610 000 | www.adpm.pt | siga-nos    



ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO
PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA
FUNDAÇÃO EM 1985

Conheça alguns dos projetos em que trabalhamos:

ADPM em Moçambique | Agrofloresta_Cabo Verde | Id.E.A.

RAÍZES_Cabo Verde | REA Alentejo | +SOLO +VIDA | Territórios de Linco

[Texto das mensagens anteriores oculto]



PROBAAL – Associação para a defesa do ambiente

NIPC: 517664704

Sítio Cerro do Leiria, CXP 1216-Z,

Santa Catarina da Fonte do Bispo

Tavira 8800-158

5 de maio de 2024

Exma Senhora Ministra,

A PROBAAL, como membro da CPADA, vem desde já agradecer a vossa disponibilidade para reunir com a nossa Conferação. Este nosso mundo é tudo o que temos para partilhar, com preocupação e responsabilidade, e levamos isso muito a sério.

Os três assuntos que consideramos ser de máxima importância e que não poderíamos deixar passar a oportunidade de os trazer ao vosso conhecimento são:

- 1.) Legislação REN (Reserva Ecológica Nacional);
- 2.) O processo de consulta pública para projetos que representem impactos ambientais; Convenção de Aarhus;
- 3.) As nove consultas públicas que estiveram recentemente abertas e em simultâneo relativas às Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e Zonas Especiais de Proteção (ZEP), realizadas na região do Algarve, onde está sediada a nossa associação;

1. Reserva Ecológica Nacional (REN).

A PROBAAL acredita que a legislação para áreas de território REN em Portugal, estabelecidas pela Lei n.º 93/90, precisam urgentemente de ser revistas de maneira a se adequarem à realidade do uso da terra e ao seu estado de conservação.

De há 24 anos para cá, por exemplo, o uso de grandes áreas de território para mega projetos de energia renovável em Portugal cresceu de forma inimaginável, tornando as leis REN obsoletas.

Até agora, a classificação REN protegia o território natural do uso livre por parte dos cidadãos, mas que na prática, serviu apenas para manter

áreas selvagens, livres de edifícios e habitações. Essas mesmas áreas REN estão agora disponíveis e consideradas adequadas para a possível implementação de projetos de energia renovável que obrigam à total destruição da Natureza nestas Reservas Ecológicas Nacionais.

Ora não nos parece razoável nem lógico e por isso a PROBAAL considera que a lei REN em vigor só fará sentido e será realmente eficaz a defender o objeto para a qual foi criada e o nome o demonstra, quando forem protegidos os sistemas hidrológicos naturais, a biodiversidade, os corredores ecológicos e as espécies RELAP. Esta lei necessita de revisão urgente, e as lacunas precisam ser preenchidas agora.

A falta de ação rápida e decisiva põe em causa danos irreparáveis no património natural de Portugal e mina a integridade da REN como pedra angular da conservação ambiental básica.

2. Consultas públicas e a Convenção de Aarhus

A PROBAAL sabe, por experiência própria em 2023, o quão difícil é para o público em geral:

A) Compreender o material informativo apresentado na documentação das consultas públicas devido ao uso de linguagem técnica ou sem metodologia e que não apresenta as informações principais de forma clara e simples.

B) Compreender um projeto e formar um ponto de vista e opinião, em consciência e assertividade, no curto espaço de tempo dado, é uma tarefa hercúlea para o cidadão comum.

Por exemplo e na prática: como é que uma instituição tem 2 anos para preparar os seus documentos e o público tem 40 dias para ler esses mesmos documentos e compreender de que se trata e as implicações do projeto e como isso poderia afetá-los e ao seu ambiente local?

C) A mudança nas formas de comunicarmos, levou a que os processos de consulta pública sejam apresentados através de meios digitais deixando aqueles que não têm fácil acesso à tecnologia incapazes de visualizar o material apresentado ou de dar a sua opinião.

Facto que a PROBAAL considera ser uma discriminação contra uma grande percentagem da população, especialmente em áreas rurais, que têm sido os lugares mais apetecíveis e também vulneráveis perante propostas ambientalmente sensíveis.

A PROBAAL considera que a forma como muitas consultas públicas são realizadas em Portugal hoje, viola a Convenção de Aarhus (Dinamarca, entrou em vigor em 30 de outubro de 2001), da qual Portugal é signatário e serve para promover a democracia ambiental.

Existem três "pilares" principais da convenção, dos quais sentimos que o segundo é fortemente relevante aqui: "Participação pública na

tomada de decisões e a importância de envolver o público nos processos de tomada de decisão ambiental." Isso inclui fornecer oportunidades para a participação pública no desenvolvimento de políticas, planos e programas relacionados com o meio ambiente.

A PROBAAL pede que:

A) A documentação, especialmente resumos não técnicos, seja apresentada claramente em linguagem simples e que qualquer jargão (por exemplo, "receptor sensível") seja explicado, ou que quando seja utilizada nomenclatura botânica, os mesmos nomes comuns ou populares sejam igualmente referidos.

B) As comunidades sejam envolvidas desde as fases iniciais do desenvolvimento do projeto, como partes interessadas em projetos que poderiam afetá-las - com a possibilidade de sessões de esclarecimento/reuniões públicas onde possam ser informadas, fazer perguntas e esclarecer as suas questões. Além disso, que as próprias consultas públicas sejam anunciadas nas localidades, Junta de Freguesia, Correios, e que sejam realizadas durante períodos mais longos.

C) A documentação das consultas públicas seja disponibilizada em formato de papel nas Juntas de Freguesia, Correios, Casa do Povo, com a opção claramente expressa de participação não digital. Para apoiar este material impresso, pedimos que reuniões públicas sejam realizadas pelas autoridades ambientais e promotores para explicar o projeto pessoalmente. Estas reuniões devem ser anunciadas com antecedência e ser realizadas nos primeiros dias da consulta pública para que o público tenha tempo para digerir a informação e exercer a sua cidadania.

3. Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e (ZEP) Algarve 2024

Entre 3 de março e 2 de maio de 2024, nove consultas públicas estavam em curso simultaneamente em todo o território do Algarve com a seguinte remissão:

"A Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário e tem por objetivo a conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, integrando as Zonas Especiais de Conservação (ZEC), designadas ao abrigo da Diretiva Habitats (n.º 92/43/CEE). O Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, procedeu à classificação como ZEC dos 62 sítios de importância comunitária do território de Portugal Continental."

A PROBAAL contesta veemente a forma como este processo decorreu pelo seguinte:

1- O problema que foi criado com a realização simultânea de várias consultas públicas relacionadas entre si, incluindo esta, em que o número de páginas e de documentos apresentados, bem como a linguagem técnica, se toma um desafio hercúleo para o cidadão comum conseguir estudá-los em tempo útil, havendo 9 consultas em curso ao mesmo tempo.

2- Para os moradores e associações da zona, interessados na conservação da natureza e empenhados em exercer a sua cidadania, era humanamente impossível pronunciar-se sobre as 62 áreas sugeridas no curto espaço de tempo disponível. Não nos parece a melhor prática, nem a mais razoável, divulgar toda esta informação em simultâneo e acreditarmos que o cidadão comum terá oportunidade, tempo e recursos para participar na consulta pública em consciência.

3- A informação contida na documentação de consulta foi redigida utilizando apenas nomes latinos e não nomes comuns. Por conseguinte, uma vez que os documentos foram redigidos numa língua parcialmente inacessível ao público, estas consultas públicas violaram a Convenção de Aarhus. O primeiro pilar da Convenção de Aarhus estabelece que: "Acesso à informação: todos os cidadãos devem ter o direito de obter um acesso amplo e fácil à informação ambiental. As autoridades públicas devem fornecer todas as informações necessárias, recolhê-las e divulgá-las de forma atempada e transparente."

4- Relativamente ao "Plano de gestão da Barrocal" a área designada como Barrocal tem mais de 200 quilómetros quadrados e, no entanto, este plano abrange apenas uma pequena parte entre os concelhos de Albufeira, Loulé e São Brás de Alportel, ignorando o Barrocal no concelho de Tavira. Não se percebe qual a justificação possível para limitar a ZEC do Barrocal aos concelhos referidos, quando grande parte da área envolvente tem também valores naturais semelhantes? A conservação da natureza não conhece fronteiras políticas.

<https://participa.pt/pt/consulta/plano-de-gestao-do-barrocal>

5- Este plano apenas abrange as espécies classificadas no âmbito da Diretiva Habitats, e apenas cartografa um número muito reduzido de espécies. A PROBAAL considera que isto representa uma visão muito limitada do que existe no Barrocal em termos de espécies dignas de proteção e sugerimos que o plano considere também as espécies da lista vermelha, pelo menos aquelas que são de categorias superiores.

A PROBAAL solicita que outras áreas do território do Barrocal sejam incluídas no "Plano de Gestão do Barrocal", tendo apresentado uma área específica para inclusão em pormenor durante a nossa contribuição para esta consulta pública específica.

Agradecidos pela vossa atenção,
Com os melhores cumprimentos,
PROBAAL

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA SIM, MAS NÃO A QUALQUER CUSTO...

Portugal é um dos países da União Europeia (UE) no qual a transição energética está a ser realizada a um ritmo mais acelerado, sendo igualmente um dos Estados europeus onde a produção de energia renovável é maior. Estes dados são bastante positivos, contudo há um conjunto de requisitos que é preciso garantir, um conjunto de problemas que é preciso solucionar e um conjunto de medidas que é preciso aplicar para que a transição energética não seja feita a qualquer custo.

A transição do uso de energias não renováveis e fósseis para energias renováveis e verdes é essencial para fazer face às alterações climáticas e assegurar a conservação da natureza, garantindo a proteção do ambiente e o bem-estar da sociedade. Esta transição energética deve ser feita sim, mas não a qualquer custo. E os custos da estratégia que está a ser seguida em Portugal já são muitos e bem visíveis. É essencial que a transição energética seja realizada assente numa efetiva proteção do ambiente e da biodiversidade, que seja implementada assegurando a participação cívica e que garanta benefícios para toda a sociedade, algo que não está a acontecer em Portugal.

Por este motivo, os subscritores da [Carta de Famacção](#) e as entidades de defesa do ambiente reunidas no IV Encontro da Convergência Ecológica e Ambiental realizado no final do ano passado alertam os partidos políticos em campanha eleitoral para os cinco principais problemas que existem atualmente no que se refere ao processo de transição energética que está a ser realizado em Portugal e apresentam cinco soluções que devem ser incorporadas nas campanhas dos partidos políticos para que essa transição assegure a efetiva proteção do ambiente, o envolvimento ativo dos cidadãos e beneficie toda a sociedade.



OS 5 PRINCIPAIS PROBLEMAS ^{1/5}

1) SISTEMA ENERGÉTICO CENTRALIZADO & FALTA DE INCENTIVO À CRIAÇÃO DE COMUNIDADES DE ENERGIA RENOVÁVEL

A [progressiva centralização do sistema eletroprodutor ao longo do século XX em Portugal diminuiu o investimento em soluções comunitárias](#). O sistema energético atual é centralizado e unidirecional, sendo os consumidores vistos como agentes passivos no processo de produção e legislação do mesmo. O continuar da **centralização da transição energética** dá-se através da construção de grandes campos de produção de energia, sejam fotovoltaicos, eólicos ou outros, que pertencem a uma só sociedade empresarial que monopoliza o setor e não distribui os lucros ambientais, sociais e económicos da produção energética.

A [Diretiva Europeia para a Energia Renovável \(UE\) 2018/2001](#) salienta a importância dos pequenos produtores desde indivíduos a autarquias, para garantir o cumprimento das metas relativas às alterações do mercado energético. Portugal não tem um suporte prático e estratégico a nível nacional para cumprir essas metas, dada a inexistência de medidas concretas para a implementação de Comunidades de Energia Renovável (CER) no [Plano Nacional para a Energia e Clima 2021-2030 \(PNEC 2030\)](#). O documento menciona "possibilitar e fomentar" o autoconsumo coletivo e as CER, mas não apresenta modelos de investimentos nem de incentivos que pavimentem o caminho para atingir esse objetivo.

O [Roteiro para a Neutralidade Carbónica \(RNC\)](#), que, por outras palavras, é a estratégia nacional para atingir a neutralidade carbónica até 2050, define claramente a implementação de CER, com mais de 20% da eletricidade nacional a ser produzida por consumidores individuais, coletivos, e pequenas e médias empresas. Contudo, são [inexistentes as metas específicas que guiam a implementação de CER ou outros modelos de democratização energética, o que demonstra a falta de compromisso por parte dos decisores políticos](#).

OS 5 PRINCIPAIS PROBLEMAS ^{2/5}

2) SIMPLEX AMBIENTAL REPRESENTA UM RETROCESSO DE DÉCADAS NA PROTEÇÃO DO AMBIENTE

O [Simplex Ambiental](#), diploma que entrou em vigor em março de 2023, surgiu como uma tentativa de desburocratizar e simplificar a atribuição de autorizações e licenças no âmbito de investimentos empresariais. Contudo, coloca em causa a conservação da natureza, a obrigatoriedade do cumprimento legal europeu sobre o respeito e proteção das espécies e habitats da Rede Natura e representa um retrocesso de décadas na proteção do ambiente.

Entre outras medidas que consideramos absolutamente inaceitáveis, o Simplex Ambiental estipula uma redução da obrigatoriedade de efetuar Avaliações de Impacte Ambiental (AIA) e de haver participação pública na tomada de decisão, como é o caso de grandes centrais solares fotovoltaicas com área igual ou inferior a 100 ha e da produção de energia eólica usando uma torre, desde que fique a mais de 2 km de outras torres, que agora podem ser instaladas após uma reduzida ou inexistente análise do impacte ambiental.

Acresce a isto a agravante de, após se obter a Decisão de Impacte Ambiental favorável, não ser necessário realizar qualquer procedimento adicional como, por exemplo, deixa de ser necessária a autorização para o corte ou arranque de sobreiros, azinheiras e oliveiras, o parecer para utilizações não agrícolas em áreas de Reserva Agrícola Nacional ou o parecer em área de Reserva Ecológica Nacional. Este despacho também promove o [deferimento tácito](#), permitindo avançar com projetos quando os prazos para as entidades públicas se pronunciarem sejam ultrapassados, mesmo que não tenham sido pagas taxas e despesas;

OS 5 PRINCIPAIS PROBLEMAS ^{3/5}

3) FLORESTAS E BIODIVERSIDADE AMEAÇADAS PELA INSTALAÇÃO DE GRANDES PARQUES DE PRODUÇÃO ENERGÉTICA

A **destruição de áreas florestais e espaços de relevância ecológica** para a instauração de parques de produção energética e também da rede de distribuição desta energia produzida, tem sido prática comum em Portugal. Tem-se registado cada vez mais [o abate de arvoredos](#) de importante valor ecológico para a instalação destes empreendimentos, com o argumento de uma suposta "imprescindível utilidade pública" altamente contestável, dada a inexistência de auscultação do público ou qualquer entidade independente.

Para construir barragens, centrais solares e eólicas por todo o país, foram já abatidas mais de 35 mil árvores de grande interesse nacional, como o sobreiro, a azinheira e o medronheiro. Este ultraje não toma em consideração a destruição e fragmentação de habitats que resulta da construção e aumento de [linhas de distribuição de energia](#).

Dado a típica localização dos grandes parques de produção energética a longas distâncias dos locais de consumo, as linhas elétricas serão cada vez mais e dispersas acarretando intensos problemas ambientais, nomeadamente para a avifauna e os ecossistemas florestais;

OS 5 PRINCIPAIS PROBLEMAS ^{4/5}

4) FRACA DIVULGAÇÃO MEDIÁTICA & MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Os media possuem um papel relevante na partilha de informações concretas sobre os problemas ambientais que afetam o país, assim como aqueles que estão relacionados à transição energética. É de salientar a proeminência de conteúdos de greenwashing de carácter opinativo e não expositivo/informativo na sua definição imparcial atribuída à ética jornalística.

A limitada divulgação mediática sobre os efeitos ambientais da transição energética em Portugal contribui para uma mobilização social fraca, assim como a tomada de decisões pobremente justificadas do ponto de vista científico.

Pesar o quanto já foi gasto em cada tipo de energia renovável e o quanto é direcionado à instalação de megaprojetos e quão difícil é para indivíduos ou pequenas empresas participarem no processo de produção de energia, dado a tipologia e formato em que são feitos os pedidos para financiamentos de transição energética, nessa medida, a Comunicação Social, deveria ser clara e objetiva na divulgação, das políticas que impactem diretamente no bem-estar dos cidadãos, cumprindo assim a função da sua existência de acordo com o código de conduta da sua profissão.

OS 5 PRINCIPAIS PROBLEMAS ^{5/5}

5) TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NÃO COMBATE POBREZA ENERGÉTICA

Segundo [estímativas da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050](#), entre 1,2 e 2,3 milhões de portugueses, vivem em situação de pobreza energética moderada e 660 a 740 mil pessoas, encontram-se numa situação de pobreza energética extrema e não usufruem de conforto térmico nas suas casas.

Apesar de Portugal ser um dos países da UE que mais energia renovável produz, gerando milhares de milhões de euros de lucros para as empresas que lideram o setor, a população não beneficia diretamente da produção deste tipo de energia, continuando o país a ter um dos maiores custos de eletricidade da Europa, relativamente ao poder de compra.

Consideramos que a transição energética não pode ser feita para beneficiar grandes empresas, enquanto a população continua a ser largamente afetada pela pobreza energética.

AS 5 SOLUÇÕES PROPOSTAS ^{1/5}

1) CRIAR UMA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

É absolutamente essencial que Portugal desenvolva uma estratégia nacional para a transição energética distribuída pelas CER, em oposição à centralização da produção de energia. A aposta nestes modelos de produção permite assegurar a proteção do ambiente, a participação das comunidades, e o benefício da sociedade, combatendo a pobreza energética.

Em vez de consumidores passivos da energia produzida e transportada até aos pontos de consumo, defendemos a criação das CER que permitam ao indivíduo ser responsável pela produção e gestão da sua própria energia, partilhando custos e benefícios. É necessário criar programas legislativos concretos dedicados ao desenvolvimento das CER em Portugal, assim como definir metas específicas que guiam a implementação das mesmas.

Já existem vários exemplos da implementação eficiente de Comunidades de Energia Renovável em Portugal:

- A [Coopérnico](#), enquanto primeira cooperativa de energias renováveis a comercializar energia elétrica em todo o Portugal Continental, participa em vários projetos europeus e realiza várias parcerias, tendo já apostado em 36 projetos fotovoltaicos.
- O município de Guimarães tem o [projeto "Bairro C- Caminhos de Cultura e Criatividade"](#) que pretende ser um "laboratório de ideias" baseando-se em 4 princípios: Cocriação com os cidadãos e o setor privado; Criação de Comunidades de Energia Renovável (CER); Mobilidade limpa e Resíduos e Economia Circular.
- A [Cooperativa para a Sustentabilidade da Ilha da Culatra \(C-COOP\)](#) é a entidade gestora das unidades de produção instaladas no núcleo piscatório da Ilha da Culatra que inclui três minimercados, oito restaurantes, escola primária, centro social, posto da Cruz Vermelha Portuguesa e centros de serviços enquanto consumidores participantes, neste caso, autoconsumidores.

- A [Comunidade de Energia Renovável de Telheiras \(CER Telheiras\)](#) é promovida pela Parceria Local de Telheiras e pela Junta de Freguesia do Lumiar, enquadrando-se legalmente como uma associação sem fins lucrativos. O seu projeto piloto, em fase de instalação num edifício público após a emissão de licença por parte da DGEG, tem 17 membros, a Junta de Freguesia, 13 famílias locais e 3 famílias locais em situação de pobreza energética. O projeto tem um modelo de financiamento e operação próprio e desenvolveu um regulamento interno onde está consagrado o direito de voto igualitário de todos os membros.

É necessário disseminar estas práticas e fomentar o investimento público e privado neste género de projetos, com principal foco em áreas desfavorecidas energética e economicamente, como é o caso das despovoadas zonas do interior português.

Devem ser bem separados os conceitos de autoconsumo coletivo e de comunidades de energia renovável. Reconhecendo e valorizando iniciativas que realmente se enquadrem no conceito das CER, em termos da sua não procura primordial do lucro, inclusão ativa dos cidadãos, apoio a famílias vulneráveis e gestão democrática.

Neste contexto, é urgente fomentar as condições – por exemplo, divulgação de informação, aconselhamento técnico local, apoio financeiro, reforço administrativo e simplificação do licenciamento – para que seja possível o desenvolvimento destas iniciativas em múltiplos locais do país.

AS 5 SOLUÇÕES PROPOSTAS ^{2/5}

2) DESCENTRALIZAÇÃO ENERGÉTICA

O consórcio de entidades que se apresentaram no IV ECEA apresenta uma visão geral e cuidada, dos prós e contras de cada energia limpa com o intuito de dispersar esta informação pelos órgãos de comunicação social e decisores políticos. O objetivo final será tornar a população portuguesa mais bem informada sobre as vantagens e desvantagens das escolhas dos investimentos públicos e privados na transição energética.

De realçar que as energias renováveis são, obviamente, preferíveis face à continuação da utilização de combustíveis fósseis ou à implementação de soluções mais caras, morosas e ambientalmente arriscadas como a energia nuclear.

TIPO DE ENERGIA	VANTAGENS	DESvantagens
Hídrica	<ul style="list-style-type: none">-Instalações já existentes contribuem para o equilíbrio do mix elétrico;-Reforço de potências rentáveis	<ul style="list-style-type: none">-Destruição dos solos e habitats ribeirinhos;-Degradação da qualidade da água;-Retenção de areias;-Perda de valor turístico;-Inexistência de rentabilidade em novos investimentos.
Eólica	<ul style="list-style-type: none">-Reversível;-Rentável.	<ul style="list-style-type: none">-Altera a paisagem;-Ruído;-Conflitos com avifauna e morcegos;-Cria acesso excessivo em áreas sensíveis.
Solar centralizada	<ul style="list-style-type: none">-Investimento inicial baixo.	<ul style="list-style-type: none">-Conflitos com o uso de solos em áreas naturais e agroflorestais;-Altera a paisagem.
Solar descentralizada	<ul style="list-style-type: none">-Maior resiliência;-Envolvimento de parceiros com mobilização de investimento privada;-Promove comunidades energéticas;-Menores perdas de energia e custos futuros;-Menos necessidade de linhas de distribuição.-Menos conflitos com o uso de solos em áreas naturais e agroflorestais.	<ul style="list-style-type: none">-Investimento inicial mais alto.

AS 5 SOLUÇÕES PROPOSTAS ^{3/5}

3) PLANO NACIONAL PARA INSTALAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS EM EDIFICADOS PARA COMBATER AS PAISAGENS DE FERRO

Apesar de o Fundo Ambiental disponibilizar programas de incentivo à eficiência energética e à autoprodução de energia através da instalação de painéis fotovoltaicos nos domicílios, o orçamento para estes programas é claramente insuficiente, sendo estes também muito burocráticos e inacessíveis para uma grande parte da população. É por isso fundamental criar um plano nacional para a instalação em larga escala de painéis fotovoltaicos em edifícios, nomeadamente nos telhados das casas e em zonas industriais, em detrimento dos megas parques solares - paisagens de ferro - evitando a destruição do coberto vegetal e a degradação dos solos e dos habitats, bem como a ameaça para a biodiversidade que estão associados à instalação destes parques.

A transição energética deve ser acompanhada por uma transição ecológica regenerativa, a [ciência](#) sugere que a colocação de grandes centrais fotovoltaicas em terrenos severamente modificados pelo Homem, como zonas urbanas ou de agricultura intensiva, pode trazer benefícios ambientais e sociais para a área. Nasce o conceito de [agrofotovoltaicos](#), uma associação entre a agricultura extensiva e a produção de energia verde. No entanto, este conceito apenas foi demonstrado a nível europeu em pequenos projetos, frequentemente com estruturas desenhadas para o efeito. Não está demonstrado que o conceito possa ser utilizado em grandes centrais, como por vezes afirmado pelos promotores.

O microclima que se forma na sombra dos painéis solares potencializa a vida microbiota do solo, enriquecendo-o e potencializando o aumento da biodiversidade, incluindo flores poliníferas, polinizadores, invertebrados, aves e mamíferos. O cultivo nestas zonas promete grande produtividade alimentar, aumentando a economia de região através destas paisagens mistas, e tem efeitos igualmente positivos nas taxas de produção de energia graças ao arrefecimento natural que o crescimento vegetal alavanca.

De forma a desenvolver projetos agrofotovoltaicos é necessário investir na educação dos agricultores e dos promotores de centrais solares sobre as suas potencialidades.

AS 5 SOLUÇÕES PROPOSTAS ^{4/5}

4) REVOGAR O DIPLOMA DO SIMPLEX AMBIENTAL

É essencial que haja uma revogação do [diploma do Simplex Ambiental](#) e que este seja substituído por um diploma que garanta uma avaliação independente e rigorosa das autorizações e licenças ambientais e assegure a efetiva proteção do ambiente, dos recursos naturais e das comunidades.

MANIFESTO

Pseudo SIMPLEX Ambiental: desresponsabilizar sem desburocratizar

A crise ecológica está a colocar em risco a civilização tal como a conhecemos. Os relatórios do IPCC e do IPBES não deixam dúvidas sobre a gravidade alarmante das alterações climáticas e da consequente perda de diversidade e que as mesmas tenderão a agravar-se nos próximos anos.

Em contrariedade com a necessidade urgente de acautelar os valores ambientais, sentida à escala planetária, em Portugal, o Governo aprovou o SIMPLEX Ambiental, um diploma legal cujo objetivo, legítimo, de simplificação dos procedimentos administrativos para obtenção de autorizações e licenças ambientais, é feito à custa de medidas que prejudicam a sua qualidade e, portanto, podem comprometer o Ambiente em Portugal. Em vigor, e com efeito desde março de 2023, este diploma configura um retrocesso de décadas, fazendo tábua rasa dos valores fundamentais que a política ambiental e o instrumento da avaliação de impacto ambiental visam proteger, desrespeitando a legislação nacional e europeia nesta matéria e violando o Direito Comunitário e Internacional. Ao adotar o SIMPLEX Ambiental, o Governo está a incumprir os seus compromissos internacionais, nomeadamente a Convenção de Aarhus sobre o acesso à informação, participação do público nos processos de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente.

As entidades abaixo assinadas recusam com veemência o (pseudo-)SIMPLEX Ambiental, em cuja lógica o ambiente é encarado apenas como um entrave à economia.

Consideramos que o presente diploma, embora contendo alguns aspetos positivos, em nada resolve os problemas estruturais que prejudicam processos mais céleres e transparentes, limitando-se a encurtar excessivamente prazos e a excluir avaliações, ou eliminar processos de verificação, sem fundamento científico adequado, ou sem a necessária ponderação de todos os interesses e perigos em causa. Mais do que reduzir a burocracia, promove a desresponsabilização face ao interesse coletivo, à proteção da natureza, à biodiversidade, à participação dos cidadãos e a um desenvolvimento sustentável.

As organizações abaixo assinadas desconhecem alguma listagem exaustiva dos documentos, ou procedimentos duplicados e/ou desnecessários, ou que tenham sido identificadas as situações de falta de articulação/comunicação entre serviços, que deveria ser o fundamento deste diploma.

...

AS 5 SOLUÇÕES PROPOSTAS ^{5/5}

5) COMBATER A POBREZA ENERGÉTICA

A transição energética deve ser realizada de forma a beneficiar toda a população. Ao mesmo tempo que Portugal deve apostar cada vez mais na transição para o uso de energias renováveis e verdes, a produção deste tipo de energia deve contribuir para que o custo da eletricidade diminua e para que a população consiga ter conforto térmico nos lares. Não podemos aceitar que o nosso país seja dos que mais produz energia renovável, enquanto uma grande fatia da população não beneficia da energia produzida, seja através da redução dos custos da eletricidade, seja através da sua autonomia na produção energética.

Para combater a pobreza energética é essencial **i)** a proteção dos consumidores vulneráveis, incluindo através da proibição da sua desconexão da rede elétrica, **ii)** o aumento da acessibilidade da energia, incluindo com uma redução estrutural dos preços e fomentando a participação em CERs, **iii)** a renovação profunda do edificado para melhoria do seu desempenho energético, incluindo através da intervenção nos componentes construtivos e da melhoria da eficiência dos equipamentos, e **iv)** a criação de estruturas de apoio local para a promoção da transição energética, incluindo através de [one-stop shops](#) e gabinetes de aconselhamento energético local com a participação dos diversos agentes no território.



CartaFamalicão

A **Carta de Famalicão** é uma iniciativa que funciona como um compromisso partilhado para a proteção da natureza de todas as entidades coletivas e individuais que a assinaram. A Carta de Famalicão congrega-se em três momentos: o documento em si (a Carta de Famalicão - O Espírito e as Práticas e o Aditamento - Alimentos, Saúde, Ambiente e Agricultura), que agrega pontos de vista partilhados e comuns sobre propostas de ação, intervenções, reflexões e de prioridades, a dirigir às autoridades públicas nacionais, regionais e locais, e à sociedade portuguesa em geral; o Dia da Ação Comum Pela Natureza e o Encontro da Convergência Ecológica e Ambiental.

Os Encontros da Convergência Ecológica e Ambiental

Os ECEA pretendem ser espaços de partilha, crítica, debate e união entre as associações, grupos, coletivos e movimentos que trabalhem temas de ambiente, com o objetivo de contribuir para a coesão do movimento ambientalista e para a resolução e encontro de soluções para os problemas ambientais que o país enfrenta, promovendo a proteção e a salvaguarda dos recursos naturais, da qualidade de vida, da energia, do clima e da economia sustentável.



carta-de-famalicao.webnode.pt



cartafamalicao@gmail.com



[@cartafamalicao](https://www.instagram.com/cartafamalicao)

ANEXO 5

- COMUNICADO -

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO AMBIENTE ALERTA SOBRE FALHAS DA ESTRATÉGIA ADOPTADA PARA MAIS UMA ÉPOCA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS EM PORTUGAL

A CPADA (Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente) manifesta séria preocupação sobre a época de incêndios florestais que se aproxima e considera que as estratégias gizadas para a mitigação dos problemas associados à mesma são desadequadas face à génese e complexidade deste problema nacional, e estrutural, com origem na gestão e no ordenamento do território, podendo contribuir para uma época de incêndios florestais potencialmente desastrosa em 2024.

O problema e os cuidados paliativos

Os incêndios florestais são um problema nacional há várias décadas em Portugal e, infelizmente, têm sido encarados como uma fatalidade por parte de toda a sociedade e de uma forma transversal a todas as entidades envolvidas na gestão operacional desta questão tão problemática.

Reconhecemos que algum trabalho tem sido feito, contudo a abordagem tem sido numa base paliativa, não indo ao cerne da questão. Medidas sem eficácia comprovada têm sido não uma solução, mas sim um problema, tal como é o caso das limpezas a regra e esquadro das faixas de gestão associadas às vias de comunicação, onde têm sido abatidas dezenas de milhar de árvores, nomeadamente espécies autóctones, sem critério e sem justificação.

O problema e as respostas

Também a nível do DECIR – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais o panorama não tem mudado, sendo que a cada ano se vai aumentando o valor investido, na expectativa que tenha automaticamente resultados práticos, sem que, contudo, se tenha resultados estruturais diferenciados. O único factor que faz toda a diferença é a meteorologia, sendo esta a variável que traduz, de facto, um ano com maior ou menor área ardida.

Entendemos que o DECIR é fundamental, contudo deverão ser promovidas soluções que não só permitam uma melhor operacionalização e eficácia entre as várias entidades envolvidas deste dispositivo, profissionais e voluntárias, devidamente escrutinadas, bem como passar-se na fase mais crítica para uma postura mais interventiva na prevenção, fazendo com que a regra não seja simplesmente esperar que o alerta seja dado para que os meios saiam dos seus quartéis. Salientamos que uma vigilância móvel activa é eficaz, embora tenha sido menosprezada nos últimos anos. Também ter meios pré posicionados fora dos quartéis é uma medida eficaz, embora muito pouco utilizada em Portugal.

Os factos ocorridos em 2017 deveriam ter levado a uma alteração do paradigma, dada a particular gravidade dos mesmos, seja a nível humano seja a nível de infraestruturas, contudo não foi o que aconteceu e tudo está na mesma, ou mesmo pior em algumas áreas, sendo que este ano poderá ser particularmente trágico tendo em conta não só o desenvolvimento da vegetação potenciado por um ano hidrológico com níveis de precipitação muito elevados e até uma fase muito prolongada da Primavera, mas também a previsão de um Verão com meses a registar temperaturas acima da média. Portugal continua a não estar preparado para incêndios de enormes proporções e está assente numa estrutura não adequada ao panorama actual.

Onde atuar?

Entendemos que o paradigma só se irá alterar com uma intervenção devidamente pensada e executada ao nível da origem do problema, ou seja da gestão e do ordenamento do território, com reflexos também ao nível da gestão florestal. Espécies de crescimento rápido, tal como o eucalipto, têm sido um elemento altamente desvirtuador de uma gestão florestal equilibrada e de um ordenamento do território efectivo. É impensável conseguir apagar-se um incêndio florestal numa extensa área de monocultura de eucalipto, ou pinheiro. Quebrar a continuidade e dimensão destas áreas, com espécies autóctones, é fundamental para mitigar o problema. Salientamos que mesmo as espécies autóctones podem dar um rendimento superior ao de espécies exóticas, de crescimento rápido. Isto pensando apenas na componente económica, já que a nível de serviços de ecossistemas as espécies autóctones prestam muitos mais e melhores serviços.

Compreendemos que inverter a dinâmica causada pelo êxodo rural para o litoral, centrado fundamentalmente em Lisboa e Porto, ocorrido na segunda metade do século XX, é complexo, contudo entendemos que é possível, pois apostando na revitalização dos territórios interiores, nomeadamente através das suas cidades, vilas e aldeias, promove-se o dinamismo territorial em falta e que permite voltar a gerir áreas abandonadas e mais expostas aos incêndios florestais.

Investir na alteração do paradigma não é uma despesa, mas sim um investimento no futuro do país e no desenvolvimento territorial, com frutos a curto, médio e longo prazo.

A Direção Executiva da CPADA, 23 maio de 2024

Para mais informações:

João Paulo Forte – Tel: 933 124 101

ANEXO 6



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS ASSOCIAÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE

Localização do Novo Aeroporto de Lisboa

Posição da CPADA

Está em curso a discussão sobre a localização do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL). Uma questão que começou a ser debatida há mais de 50 anos, com a criação do Gabinete do Novo Aeroporto de Lisboa, em 1969, obteve um novo impulso com a criação da Comissão Técnica Independente (CTI) com mandato para a realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) definido pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 89 de 14 de outubro de 2022.

A urgência de uma decisão é fundamentada na saturação do Aeroporto Humberto Delgado (AHD), na Portela, após a rápida retoma do seu tráfego, temporariamente reduzido pela emergência do Covid 19. Em 2022 o número de passageiros atingiu mais de 28 milhões, um volume apenas ligeiramente inferior ao pico de 2019. Em apenas 20 anos o tráfego do aeroporto de Lisboa triplicou; estimativas conservadoras apontam para mais 50 milhões de passageiros em 2050.

O crescimento explosivo do tráfego dos últimos anos é geralmente associado à expansão do turismo em que aos destinos tradicionais – Madeira e Algarve – se juntaram as cidades de Lisboa e Porto. No entanto, essa explicação não é suficiente. A pressão é amplificada por três fatores fundamentais: atraso na criação de uma rede ferroviária eficiente que tornaria as deslocações de Lisboa para o Porto, Faro e Madrid mais cómodas e rápidas (o exemplo do TGV francês e do AVE espanhol revelam que as deslocações até 600km podem ser predominantemente asseguradas pela ferrovia); a partilha da pista por jatos particulares, um fenómeno crescente apesar da existência de vários aeroportos na periferia de Lisboa, adequados a aviões de menor dimensão; e o transporte de carga que em 2022 atingiu um pico absoluto de 156.000 toneladas.

A sobrecarga do AHD tem graves inconvenientes ao nível da segurança, qualidade de vida das populações afetadas e do conforto dos passageiros. Os 203.000 movimentos de aeronaves registados em 2022 correspondem a uma média de 556 partidas ou aterragens por dia, obrigando a uma proximidade cada vez maior entre voos, à expansão do horário diário de utilização e à perturbação do sono de milhares de residentes nos cones de aproximação do aeroporto. O tempo de espera dos passageiros, particularmente quando cidadãos exteriores ao espaço Schengen, tem vindo a tornar-se cada vez mais penoso.

A discussão sobre a expansão da mobilidade da região de Lisboa constitui uma oportunidade de reflexão estratégica ímpar, que tenha em consideração a sustentabilidade do modelo a desenvolver, a qualidade de vida da população residente e uma cuidada análise custo-benefício em que as externalidades envolvidas sejam consideradas.

Secretariado: R. Bernardo Lima nº35, 2ºB – 1150-075 – Lisboa
Endereço Postal: Apartado 4101 – 1500-001 Lisboa
Tel.: 213 561253 | E-mail: cpada@cpada.pt | Site: www.cpada.pt



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS ASSOCIAÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE

Neste âmbito, a CPADA gostaria de felicitar o trabalho já desenvolvido pela Comissão Técnica Independente, pela mobilização da sociedade civil, através da plataforma Aeroparticipa, pela identificação dos objetivos da infraestrutura futura – acessibilidade, sustentabilidade e eficiência e pela proposta de 10 critérios de decisão em que as dimensões da sustentabilidade e eficiência estão contempladas.

A CPADA reafirma a defesa intransigente de uma visão integrada da infraestrutura aeroportuária em estreita articulação com um modelo de mobilidade que minimize os impactos ambientais e respeite a qualidade de vida da população residente e o conforto dos passageiros. A solução a desenvolver deve assegurar:

- Rapidez de acesso à cidade de Lisboa, **minimizando o tempo de deslocação**;
- Prioridade à **existência de infra-estrutura ferroviária**. As ligações por metro e comboio são hoje predominantes no acesso aos aeroportos com maior movimento. Os aeroportos de Madrid, Paris ou Londres têm ligações predominantemente ferroviárias. Na conferência de 27 de abril organizada pela CTI, o perito convidado, Heathrow Vickerman, identificou as zonas da grande Londres servidas por acesso inferior a 45 minutos dos aeroportos de Heathrow e Gatwick.
- Minimização do impacto ambiental incluindo **corredores migratórios, espécies protegidas, lençóis freáticos** e impacto de **riscos naturais**.

Estes princípios deverão ser integralmente respeitados no modelo de desenvolvimento a desenhar. É fundamental evitar que se repitam erros em que imensos recursos foram desperdiçados em novos aeroportos, abandonados pouco depois da sua construção de raiz, como Castellon e Ciudad Real, em Espanha ou Mirabel, em Montreal, Canadá.

Face à duração necessária ao desenvolvimento de um modelo duradouro, estimado em pelo menos uma década, é fundamental tomar medidas de curto prazo. As crises são também geradoras de oportunidades. Assim, urge vencer inércias e fazer adaptações que reduzam o impacto e a sobrecarga atual do AHD:

- eliminação do tráfego de aviões particulares;
- transferência do grosso da carga aérea para outros aeroportos, muito mais próximo das zonas de produção de bens perecíveis que carecem de transporte aéreo;
- aceleração das ligações ferroviárias entre centros urbanos com maior proximidade de Lisboa;
- deslocação parcial do tráfego para aeroportos com capacidade disponível.

O aeroporto de Beja constitui a infraestrutura aeroportuária com maior capacidade subaproveitada. Dispõe de duas pistas de 3.450m e de 2951 m, permitindo a aterragem de A380. Localiza-se a 2h e 2m de Lisboa e 1h 43m de Faro, por estrada. A utilização para usos

Secretariado: R. Bernardo Lima nº35, 2ºB – 1150-075 – Lisboa
Endereço Postal: Apartado 4101 – 1500-001 Lisboa
Tel.: 213 561253 | E-mail: cpada@cpada.pt | Site: www.cpada.pt



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS ASSOCIAÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE

civis, iniciada em 2011, tem-se limitado a voos charter sazonais e a aterragem de aviões em estacionamento ou reparação. O tempo de deslocação ao litoral algarvio e à Grande Lisboa tem sido o principal impedimento de uma utilização mais intensa que seria potenciada pela construção do troço de acesso da "Autoestrada do Baixo Alentejo", com ligação a Sines. No entanto, a pressão sobre o AHL e o Aeroporto de Faro nos meses de verão, cria condições únicas para o reforço da utilização do Aeroporto de Beja, para transporte de mercadorias, companhias de baixo custo e alguns voos de interligação com outros destinos (hub). Os voos particulares têm vindo a incrementar a utilização deste aeroporto; a enorme pressão que eventos como a Jornada Mundial da Juventude de 1 a 6 de agosto criam na rede nacional de transportes, tornam imperiosa a utilização deste aeroporto como suporte da conectividade aérea nacional. É fundamental que os organismos públicos, e o setor do turismo se articulem para resolver questões administrativas e logísticas e atrair os operadores do transporte aéreo para a sua utilização, com ou sem natureza sazonal.

Pelo Executivo da CPADA

(José Manuel Caetano)
Presidente do Executivo

Secretariado: R. Bernardo Lima nº35, 2ºB – 1150-075 – Lisboa
Endereço Postal: Apartado 4101 – 1500-001 Lisboa
Tel.: 213 561253 | E-mail: cpada@cpada.pt | Site: www.cpada.pt



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS ASSOCIAÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE

Posição da CPADA sobre a renovação do Aeroporto Humberto Delgado de Lisboa

A CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA) felicita a Comissão Técnica Independente (CTI) pelo recente relatório sobre as medidas necessárias para aliviar a intensidade de tráfego do Aeroporto Humberto Delgado (AHD). *“Análise da situação atual do AHD e proposta de ações de melhoria da sua eficiência e eficácia operacional”*, de agosto de 2023.

Constituída com o mandato de avaliar alternativas de localização do(s) futuro(s) aeroporto(s) de Lisboa a CTI confrontou-se com a urgência de soluções que aumentem a capacidade de resposta a voos internacionais do AHD. Dado que um novo aeroporto e respetivas infraestruturas só ficarão operacionais num prazo dificilmente inferior a dez anos e, com um limite de 38 movimentos por hora, o AHD está próximo do limite da sua capacidade, urge tomar medidas que melhorem a sua capacidade de resposta no curto e médio prazo.

Na sua missão de contribuir para a proposta de soluções que minimizem os impactos ambientais da estratégia de desenvolvimento das acessibilidades em Portugal, incluindo a via aérea, a CPADA tem vindo a contactar um conjunto de peritos que ajudem a identificar soluções para um estrangulamento que tem vindo a agravar-se, com forte prejuízo tanto para passageiros como para os residentes no cone de aproximação das aeronaves.

Assim, saudamos a proposta já anteriormente reafirmada pela CPADA de deslocação dos aviões particulares para outros aeroportos – “remoção do AHD de todo o tráfego não comercial”. A CTI identificou o aeroporto de Cascais como o mais indicado para o serviço do tráfego não comercial.

É igualmente de sublinhar a proposta de “eliminação da discriminação de preços que prejudique aeronaves de maiores dimensões e mesmo promover o seu favorecimento”. As aeronaves de maior dimensão permitem reduzir a pegada ecológica por passageiro/km e aumentam a capacidade de movimentação de passageiros do aeroporto.

A CTI identifica ainda um conjunto de propostas de melhoria das acessibilidades e da eficiência dos serviços do aeroporto, incluindo a criação de um terceiro terminal que permitiria reduzir significativamente os tempos de espera dos passageiros.

Finalmente, a CTI contribui para a consideração do Aeroporto de Beja como potencial apoio ao tráfego aéreo em complemento aos aeroportos de Faro e de Lisboa, para o “tráfego charter não regular” e para transporte de mercadorias. Esta proposta poderia ser mais ambiciosa, dado que o aeroporto de Beja tem um elevado potencial. Mesmo sem uma ação comercial determinada, que permitiria colocar esta infraestrutura no “radar” de companhias aéreas de baixo custo e sem o desenvolvimento de acessibilidades ferroviárias e rodoviárias que permitiriam a sua ligação mais eficiente a Lisboa e ao Algarve, Beja tem atraído um número crescente de voos particulares, para além de utilizações pontuais como aconteceu nas jornadas da juventude e por um clube de futebol.

Secretariado: R. Bernardo Lima nº35, 2ºB – 1150-075 – Lisboa
Endereço Postal: Apartado 4101 – 1500-001 Lisboa
Tel.: 213 561253 | E-mail: cpada@cpada.pt | Site: www.cpada.pt



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS ASSOCIAÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE

Acresce que a sobrecarga do AHD resulta, em grande medida das “pontes aéreas”, nacionais, com destaque para a ligação Lisboa – Porto e a ligação Lisboa – Madrid. A ferrovia deveria ser uma alternativa efetiva para deslocações num raio de 600 km. No entanto, a oferta destas rotas é ainda insuficiente ou atualmente inexistente, no caso da ligação a Madrid.

Em conclusão este estudo “complementar” da CTI permite extrair três conclusões fundamentais para a reflexão estratégica sobre o desenho do sistema aeroportuário da região de Lisboa:

- A existência de uma infraestrutura diversificada de aeroportos pode ser gerida em rede, reduzindo a pressão sobre o aeroporto central, com deslocação dos voos de aeronaves de menor dimensão, uma evolução possível com o desenvolvimento tecnológico que pode levar à oferta de aviões de menor dimensão e menos poluentes.
- A distância é um fator dissuasor que pode ser compensado por acessibilidades adequadas, para além de afetar de forma diferenciada tipos de utilização e perfis de passageiros;
- A utilização racional das infraestruturas permite gerir recursos escassos de forma mais eficiente e minimizar os impactos ambientais de obras sobredimensionadas.

Secretariado: R. Bernardo Lima nº35, 2ºB – 1150-075 – Lisboa
Endereço Postal: Apartado 4101 – 1500-001 Lisboa
Tel.: 213 561253 | E-mail: cpada@cpada.pt | Site: www.cpada.pt



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS ASSOCIAÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE

Posição da CPADA sobre o Novo Aeroporto de Lisboa

Há um grande projeto aeroportuário europeu envolto em polémica. Cobre uma área de 3000 hectares, e prevê a construção inicial de duas pistas de aterragem com capacidade anual para 40 milhões de passageiros que pode ser ampliado para três pistas e 65 milhões, com um custo estimado de 9 mil milhões de euros (Deutsche Wele). O problema é que o proponente do projeto, o partido da Lei e Justiça não vai poder formar o próximo governo e os vencedores das últimas eleições expressaram as maiores dúvidas em relação ao projeto "megalómano". Donald Tusk, líder da coligação que promete governar a Polónia numa maior proximidade com a União Europeia, considera que o projeto tem implicações sociais e ambientais que justificam, pelo menos uma reavaliação, se não a eliminação do projeto, apesar dos compromissos já assumidos.

Esta preocupação é compreensível. Se analisarmos a lista dos aeroportos que fracassaram nas últimas décadas verificamos que, apesar do acréscimo generalizado do tráfego aéreo, só interrompido pelo Covid, a Europa tem um peso relativo desproporcional. Só a Espanha tem dois casos emblemáticos – o Dom Quixote, perto de Ciudad Real, construído em 2008 e que faliu em 2011, por falta de interesse das operadoras de baixo custo que tentou atrair; e o aeroporto de Castellon, construído em 2011 e designado como "aeroporto fantasma" devido ao nível muito irregular da sua utilização. Na Alemanha, o Berlin Branderbourg Airport, com abertura prevista para 2011, só entrou em funcionamento em 2020, e com procura reduzida. Há outros exemplos fora da Europa, como o aeroporto de Mirabel, para servir Montreal, mas cuja localização numa zona remota fez com a preferência pelo aeroporto Montreal-Trudeau se mantivesse.

Quando nos exasperamos pelos 50 anos de discussão sobre a expansão da capacidade aeroportuária de Lisboa devemos ter em consideração que o mais importante é tomar uma boa decisão. Há uma lição clara que pode ser extraída – **grandes aeroportos que não servem uma vasta população são economicamente inviáveis e têm um custo ambiental inaceitável.** Os super hubs, sustentados por aviões cada vez maiores, são uma relíquia do passado, à medida que as ligações ponto a ponto são preferidas, em articulação com redes ferroviárias eficientes. A Airbus foi forçada a descontinuar o A380, o modelo ideal para grandes hubs por poder transportar mais de 800 passageiros.

Infelizmente, estão em discussão alternativas que, a ser selecionadas, teriam consequências extremamente gravosas, podendo o novo aeroporto vir a juntar-se à longa lista de fracassos. Alcochete tem vindo a público pela potencial eliminação de 250.000 sobreiros, para além se localizar sobre o maior lençol freático da península e de ser um leito de cheia facilmente inundável com a ocorrência de chuvas fortes, um fenómeno cada vez mais provável. Infelizmente, Montijo seria ainda mais grave, com uma pista facilmente submersa pela subida do nível do mar e risco de acidentes colocados pelas aves migratórias que passam meses no estuário do Tejo e sem possibilidade de expansão.

Secretariado: Rua Bernardo Lima, Nº 35 2ºB – 1150-075, Lisboa
Endereço Postal: Apartado 4101 – 1500-001 Lisboa
Tel.: 213 561253 | E-mail: cpada@cpada.pt | Site: www.cpada.pt



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS ASSOCIAÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE

As localizações a Sul do Tejo sofrem de dois problemas comuns – falta de acessos adequados e baixa densidade populacional. As declarações de 2007 do então Ministro das Obras Públicas Mário Lino, sobre a localização de um aeroporto na margem Sul – o célebre “jamais” – mantêm-se válidas. **Qualquer localização a Sul do Tejo sofre de duas limitações temporais que inviabilizam a sua operacionalidade por muito mais de uma década – a construção do próprio aeroporto e a das acessibilidades, ferroviárias e rodoviárias, incluindo uma nova travessia do Tejo, túnel ou ponte.**

O aeroporto da Portela está próximo da saturação porque presta serviços deslocáveis para outros aeroportos da região de Lisboa ou mais distantes como o de Beja, como foi identificado pela Comissão Técnica Independente. Ainda em novembro, apresentará a sua proposta de localização do novo aeroporto, em alternativa ou complemento do atual aeroporto. **Face à eliminação de outras alternativas a Norte do Tejo, como Alverca e Ota, Portela mais Santarém é a única solução defensável.**

Secretariado: Rua Bernardo Lima, Nº 35 2ºB – 1150-075, Lisboa
Endereço Postal: Apartado 4101 – 1500-001 Lisboa
Tel.: 213 561253 | E-mail: cpada@cpada.pt | Site: www.cpada.pt

ANEXO 7

FW: CONVITE - Senhora Ministra do Ambiente e Energia - 29º Encontro Nacional de Associações de Ambiente (ENAA) - 9 de Novembro de 2024 (E8528)

Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente <gabinete.seamb@maen.gov.pt>

31 de outubro de 2024 às
13:05

Para: "cpada@cpada.pt" <cpada@cpada.pt>

Cc: Carla Ferreira <carla.ferreira@maen.gov.pt>, Pedro Fonseca <pedro.fonseca@maen.gov.pt>

Exmo. Senhor

Eng. José Manuel Caetano,

Tal como falado telefonicamente, encarrega-me o Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, Sr. Dr. Miguel Oliveira, de informar que o Secretário de Estado tem todo o gosto em realizar uma comunicação sobre o novo Regulamento do Restauo da Natureza e proceder à entrega dos prémios: Prémio Nacional de Ambiente e Prémio Nacional Carreira de Ambiente no próximo dia 09 de novembro, em Tendais, Cinfães, no Auditório Municipal Professor Maestro Pereira Pinto.

Agradecemos que nos indique um interlocutor com um contacto direto, de preferência telemóvel, para alguma questão de logística.

Ficamos também ao dispor para qualquer informação adicional.

PAULA LABORDE

Secretária Pessoal

Personal Assistant

**REPÚBLICA
PORTUGUESA**GABINETE DO SECRETÁRIO
DE ESTADO DO AMBIENTE

Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

Cabinet of the Secretary of State for Environment

Rua de "O Século", 51

1200-433 Lisboa, Portugal

Tel / Phone (+351) 213 232 522

29º ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE AMBIENTE

8 / 9
NOV'24

RESTAURO DA NATUREZA

TENDAS
CINFÃES

PALESTRAS • MOSTRA DE ASSOCIAÇÕES
ENTREGA DE PRÉMIOS • SESSÃO DE TRABALHO



8 Nov

Sexta-feira
Multiusos de Montemuro
— Tendais

14h00
Saída de Campo
(facultativo)

18h00
Sessão de Abertura
Presidente de Freguesia
de Tendais

18h30
Os valores naturais
da área classificada

"Serra de Montemuro"
Associação Defesa e
Promoção da Freguesia
de Tendais
Confederação Portuguesa
das Associações de Defesa
do Ambiente
(CPADA)
*Orador a confirmar

20h30
Jantar convívio

9 Nov

Sábado
Auditório Municipal
Professor Maestro
Pereira Pinto
— Cinfães

08h30
Receção dos
participantes

09h00
Sessão de Abertura
Presidente do Município
de Cinfães

09h15
Sessão Plenária
O Estado da Ambiente,
um ponto de situação
(ICNF) * A confirmar

9h30
Restauro ecológico
em ecossistemas
florestais
Moderador: Pedro Bingre
Amaral - Liga para a
Protecção da Natureza
(LPN)

"A custódia do território
do LIFE LxAquila:
parcerias estratégicas
para a conservação
de uma espécie ameaçada
em meio peri-urbano
Rita Ferreira, Sociedade Por-
tuguesa Estudos Aves (LX-A-
quila)

"Quinta da Moenda"
Samuel Vieira,
Liga para a Protecção
da Natureza (LPN)

"Áreas Privadas de
Conservação - a sua
importância para o
Restauro da Natureza"
António Araújo,
ATN - Associação
Transumância Natureza

"Restauro ecológico
e de comunidades:
o potencial das
microrreservas"
Associação BioLiving,
Daniela Salazar Simões

10h30
Restauro ecológico
nos ecossistemas marinhos
e urbanos
Moderador: Pedro Sá,
Município de Lousada

"Restauro Ecológico
um mar de oportunidades"
Henrique Folhas, Sclaena

"Bosques pelo Clima"
Filipa Figueiredo, Centro do
Clima da Póvoa de Varzim

"Restauro de
Ecossistemas
de Carbono Azul"
Cláudia Sil, BlueZ C
Institute - Instituto da
Conservação Marinha
e Economia do Carbono

"O Ar de Braga:
Projeto piloto de um
ano de sensorização
de Partículas em
Suspensão (PM)"
João Forte, Braga Ciciável

Debate

11h30
Pausa para Café

12h00
Apresentação do
Regulamento do Restauro da
Natureza e do Plano Nacional
de Restauro
Emídio Sousa, Secretário de
Estado do Ambiente
Célia Ramos, CCDR-N
* A confirmar

12h30
Entrega de prémios
Prémio Carreira/Prémio Ambiente

13h00
Almoço

15h00
Restauro dos Ecossistemas
terrestres, costeiros e de
água doce
Moderador: Amílcar Teixeira,
IPB - Instituto Politécnico de
Bragança

"Bio-ilhas e Projecto
Andorin" Vita Nativa (10min)

"Rewilding, Reconversão
Florestal e a preservação dos
zimbrais dunares no Sudoeste
de Portugal - Zimbral for Life"
(10min) Nuno Carvalho,
Associação RWSW
— Rewilding Sudoeste

"Território, Comunidade
e Natureza - Estratégia
e práticas participativas"
Rui Monteiro, Rio Neiva
Associação de Defesa
do Ambiente

"A pecuária extensiva
com raças autóctones
de montanha como
ferramenta de mitigação
e adaptação climática"
Duarte Marques e Henrique
Godinho, Aguiar Floresta As-
sociação Florestal e Ambiental
de Vila Pouca de Aguiar

Debate

16h00
Pausa para Café

16h30
Restauro dos ecossistemas
agrícolas e conectividade
natural dos rios
Moderador:
Sandra Sarmento, ICNF

"LIFE SOS Pygargus:
Restauro de ecossistemas
agrícolas e a Conservação
do Tartaranhão-caçador"
José Pereira, Palombar
Associação de Conservação
da Natureza e do Património
Rural

"Como promover os
polinizadores através
da Agricultura Biológica"
Jaime Ferreira, AGROBIO -
Associação Portuguesa
de Agricultura Biológica

"Restauro Fluvial:
a Remoção de barreiras
obsoletas como ferramenta
para devolver a conectividade
de aos rios"
Maria João Costa,
Associação Natureza
Portugal, em associação
com a WWF - ANP/WWF

"Rios e Ribeiras:
Restaurar a Conectividade
Fluvial e os Habitats Ripícolas
com Sbn e Controlo de
Espécies Invasoras"
Alejandro Nieto, Associação
para o Estudo e Protecção
do Gado Asinino - AEPGA

17h30
Rede Portuguesa de
Restauro Ecológico
Alice Nunes, Sociedade
Portuguesa de Ecologia

18h00
Pausa para Café

18h30
Sessão Encerramento
Célia Ramos,
Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional
do Norte - CCDR-N
Inês Andrade,
Diretora da ARH Norte
Nuno Banza, Presidente do
Conselho Diretivo - Instituto
da Conservação da Natureza
e das Florestas - ICNF
Sandra Sarmento, Diretora
Regional e Vogal do Conse-
lho Diretivo, Conservação da
Natureza e Florestas do Norte
- ICNF
Confederação Portuguesa
das Associações de Defesa
do Ambiente (CPADA)

8 / 9
NOV'24

RESTAURO DA NATUREZA



TENDAS
CINFÃES

PALESTRAS • MOSTRA DE ASSOCIAÇÕES
ENTREGA DE PRÉMIOS • SESSÃO DE TRABALHO





Associações de Ambiente juntam-se no 29.º Encontro Nacional para debater o “Restauro da Natureza”

O 29.º Encontro Nacional de Associações de Ambiente (ENAA) realiza-se nos dias 8 e 9 de novembro, em Tendais, no concelho de Cinfães (distrito de Viseu), dedicado ao tema “Restauro da Natureza”, que estará no centro do debate, numa altura em que a perda de biodiversidade e a Crise Climática agudizam-se e em que é urgente restabelecer os ecossistemas que têm vindo a ser degradados. O evento, que decorrerá no Auditório Municipal Professor Maestro Pereira Pinto, contará com a apresentação de Palestras sobre temas diversos, a dinamização de Sessões de Trabalho, a Mostra de Associações e uma Entrega de Prémios.

Este encontro, organizado pela Associação de Defesa e Promoção da Freguesia de Tendais e pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), pretende impulsionar a criação de novas sinergias entre pessoas e entidades que trabalham para proteger os espaços naturais. O encontro conta ainda com o apoio do Município de Cinfães e da Junta de Freguesia de Tendais.

A partilha de conhecimentos e práticas relacionadas com o Restauro da Natureza ou o Restauro Ecológico é essencial para monitorizar os esforços aplicados neste âmbito em Portugal e para cumprir os objetivos das ferramentas internacionais em vigor, nomeadamente aqueles previstos na Década para o Restauro dos Ecossistemas das Nações Unidas e na Lei do Restauro da Natureza da União Europeia; bem como aquelas criadas a nível nacional, como a Carta de Famalicão, que estabelece um conjunto de compromissos por forma a abordar alguns dos problemas e soluções decisivos para o nosso futuro.

O 29.º Encontro Nacional de Associações de Ambiente é uma oportunidade única para estabelecer esta partilha, com todos os que trabalham ativamente para restaurar os ecossistemas e para todos aqueles que procuram recuperar o seu património natural e melhorar ativamente a sua qualidade de vida.

“O Restauro da Natureza é absolutamente fundamental para garantir o equilíbrio dos nossos ecossistemas, o aumento da biodiversidade e o bem-estar comum. Deve ser

CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
Rua Bernardo Lima, nº35 – 2ºB; 1150 – 075 Lisboa; E: cpada@cpada.pt



Mais informações: Tel. 964695442



assegurado pelo trabalho conjunto de todas as organizações não governamentais de ambiente - em sintonia que as demais organizações da sociedade civil e entidades que atuam na conservação da natureza, sejam governamentais, académicas ou outras. Deve ainda estar focado na atuação local, com uma maior intervenção em áreas classificadas e protegidas, na inclusão das comunidades locais e na integração de diversos tipos de conhecimentos e práticas, envolvendo os vários atores implicados no contexto de cada região", destaca Miguel Nóvoa, da direção da CPADA.

Portugal tem vários ecossistemas degradados e promover o Restauro Ecológico é essencial

No conjunto das suas problemáticas ambientais, Portugal tem vários ecossistemas perturbados, desde os marinhos aos florestais e insulares, cuja alteração resulta em inúmeras perdas: de biodiversidade, económicas, de resiliência, entre outras. Alguns exemplos práticos são os prejuízos económicos e alimentares associados a invasões biológicas e o aumento da vulnerabilidade face a eventos extremos, como inundações e incêndios florestais. Estas perdas refletem-se, portanto, em ameaças para os ecossistemas e a biodiversidade e na degradação da qualidade de vida das populações portuguesas, expondo-as a situações de risco que podem promover a insegurança alimentar, a emergência de novas doenças, a destruição de habitações, entre outras consequências nefastas. Unir esforços e encontrar soluções para fazer face a estes desafios é urgente. Assegurar o restauro ecológico é essencial para garantir o equilíbrio e a sustentabilidade dos ecossistemas, em benefícios da natureza e das comunidades humanas.

CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
Rua Bernardo Lima, nº35 – 2ºB; 1150 – 075 Lisboa; E: cpada@cpada.pt

Mais informações: Tel. 962695442



ANEXO 8

PARECER

[Projeto de decisão]

Despacho n.º XX/GSEAMB/2024

Âmbito: prorrogação das licenças da instalação e da exploração dos CIRVER.

Enquadramento prévio

A solução "CIRVER" surge em 2004 como o destino proposto, ambientalmente e tecnicamente adequado, para os resíduos perigosos em Portugal, regulando o setor e evitando a continuidade da sua exportação.

Foi requerido a estes Centros a instalação obrigatória de seis unidades de tratamento e valorização, complementadas com um aterro. Este compromisso tem sido prolongado, sempre com a garantia do controlo ao funcionamento das mesmas, às quais o papel do Observatório Nacional dos CIRVER, o qual a CPADA integra, possui um papel fundamental.

Análise da Proposta de Decisão

Os resíduos perigosos, pela sua natureza e características, requerem critérios específicos de gestão e monitorização, devendo ser encaminhados para destinos finais "CIRVER".

A rede capilar de OGR – Operadores de Gestão de Resíduos licenciados para um armazenamento temporário ou como destino para algumas fileiras e fluxos de resíduos, associada à limitada geografia nacional e às políticas de sustentabilidade e circularidade (nacionais e internacionais) asseguram, do nosso ponto de vista, uma resposta técnica e ambientalmente adequada para os quantitativos de resíduos perigosos produzidos em Portugal (incluindo os passivos a tratar).

A proposta de Despacho apresentada pela Secretaria de Estado do Ambiente que propõe o prolongamento do licenciamento dos CIRVER para um período de cinco anos, com início em janeiro de 2025, permite a continuidade do modelo adotado em Portugal para a gestão de resíduos perigosos. Esta proposta assume a nossa responsabilidade com a autossuficiência do país no que respeita ao tratamento de resíduos perigosos, dando preferência a soluções de valorização em detrimento das soluções de deposição, sendo coerente com os critérios técnicos e com as políticas ambientais.

Considerações finais

Consideramos que a proposta apresentada pela Secretaria de Estado do Ambiente propondo a prorrogação da licença dos atuais CIRVER para um período de mais cinco anos é sensata, adequada e contribuirá para garantir o respeito pelas Políticas ambientais nacionais e europeias.

A CPADA salienta, contudo, algumas vulnerabilidades nas respostas inspetivas e nas ações de vistoria por parte de organismos públicos adequados, necessitando de um reforço e reformulação, para promover uma clara aposta na monitorização e melhoria contínua do setor, minimizando impactes ambientais e para a saúde.

Lisboa, 07 de novembro de 2024

CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

ANEXO 9



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS ASSOCIAÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE

DECLARAÇÃO DE APOIO DA CPADA À ASSOCIAÇÃO SALVAR SINTRA NO ABATE ILEGAL DE ÁRVORES NO PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS

A Salvar Sintra – Associação de Defesa do Ambiente é membro da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA).

A Salvar Sintra tem assistido com preocupação e revolta ao massivo abate de árvores e à destruição do coberto vegetal em várias zonas do Parque Natural Sintra-Cascais (PNSC), nomeadamente em áreas florestais da Serra de Sintra sujeitas ao regime de proteção total.

A Salvar Sintra acredita tratar-se de operações ilegais, dado existir notícias de licenças forjadas ou não emitidas pelas autoridades competentes. Apesar disso e de se tratar de operações conduzidas ao longo de semanas e meses, as autoridades encarregadas da defesa da legalidade parecem ignorar tais ocorrências.

A Salvar Sintra tomou conhecimento de um recente episódio de abate indiscriminado de árvores e outras espécies vegetais no Pinhal do Banzão, iniciado há dias e que, não obstante a intervenção de uma força da GNR local no dia de ontem, 11 de novembro, prosseguiu dia 12.

A CPADA tomou conhecimento pelos media desta luta local. A sua associada Salvar Sintra conta com o apoio da CPADA à tomada de posição dos moradores do Banzão.

Lisboa, 13 de novembro de 2024

O Presidente do Conselho Executivo da CPADA

José Manuel Caetano

(Em representação da Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta)

Secretariado: Rua Bernardo Lima nº35, 2ºB – 1150-075 – Lisboa
Endereço Postal: Apartado 4101 – 1500-001 Lisboa
Tel.: 213 561 253 | E-mail: cpada@cpada.pt | Site: www.cpada.pt